



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

*Versão para registro histórico*

*Não passível de alteração*

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL		
EVENTO: Audiência pública	Nº: 0457/13	DATA: 07/05/2013
INÍCIO: 14h19min	TÉRMINO: 17h18min	DURAÇÃO: 02h59min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 02h59min	PÁGINAS: 59	QUARTOS: 36

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

DANIEL CÉSAR AZEREDO AVELINO - Procurador da República.  
JOSÉ ESTEVES DE LACERDA FILHO - Secretário de Estado de Meio Ambiente de Mato Grosso.  
DALTON DE MORISSON VALERIANO - Coordenador do Programa Amazônia do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais — INPE.  
FRANCISCO OLIVEIRA - Diretor de Políticas e Combate ao Desmatamento do Ministério do Meio Ambiente.  
LUCIANO DE MENESES EVARISTO - Diretor de Proteção Ambiental do IBAMA.  
HERON DAVI DOS SANTOS MARTINS - Pesquisador do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia — IMAZON.  
BRUCE WALKER NELSON - Coordenador de Pesquisa em Ecologia e Pesquisador do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia — INPA.

SUMÁRIO: Debates sobre o desmatamento na Amazônia.

OBSERVAÇÕES

Houve exibições de imagens.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Penna) - Boa tarde, amigos. É um prazer estar com vocês. Quero dizer que a Comissão de Meio Ambiente da Câmara registra, logo de imediato, a presença do Deputado Ricardo Tripoli, meu companheiro de São Paulo.

Vamos tratar hoje de um assunto de interesse fundamental, diante das questões do clima, diante de muitas questões, pelo que representa a Amazônia para a humanidade, especialmente para o Brasil.

Este requerimento é de autoria do Deputado Sarney Filho, que está com dificuldades para deixar o Maranhão, mas está a caminho. Não tenho muita esperança de que S.Exa, chegue a tempo, porque logo o Presidente nos convocará para a Ordem do Dia.

Comunico a todos que este evento é transmitido ao vivo pela Internet e está sendo gravado pela *TV Câmara* para ser exibido posteriormente na programação da emissora.

Informo aos presentes que esta Comissão fará o debate interativo por meio do portal e-Democracia. Servidores da nossa assessoria estão encarregados de moderar os participantes e trazer as perguntas dos internautas, as quais serão respondidas pelos nossos convidados, ou Parlamentares, durante o debate.

Em razão da quantidade de palestrantes e do nosso tempo limitado, o prazo para cada expositor será de 15 minutos.

Para compor a Mesa, convido o Sr. Daniel César Azeredo Avelino, Procurador da República do Ministério Público Federal; o Sr. José Esteves de Lacerda Filho, Secretário de Estado de Meio Ambiente do Mato Grosso; e o Sr. Francisco Oliveira, Diretor de Políticas e Combate ao Desmatamento do Ministério do Meio Ambiente; bem como os Srs. Luciano de Meneses Evaristo e Dalton de Morrison Valeriano — os três têm uma ação combinada. Convido os demais palestrantes para que se sentem aqui à frente.

Quero registrar a presença dos Deputados Ricardo Tripoli e Alfredo Sirkis.

Vamos ouvir então, por longos 15 minutos (*risos*), o Procurador da República do Ministério Público Federal, Dr. Daniel César Azeredo Avelino.

**O SR. DANIEL CÉSAR AZEREDO AVELINO** - Boa tarde, Exmo. Sr. Deputado Penna. Muito obrigado pelo convite.



Cumprimento as demais autoridades aqui presentes. Exmo. Sr. Deputado Ricardo Tripoli, Deputado Alfredo Sirkis, e, na pessoa dos senhores, cumprimento as demais pessoas que acompanham a nossa exposição.

Para o Ministério Público Federal é motivo de muita honra debater aqui com os senhores nesta Comissão, que me parece o fórum mais adequado para tratarmos do futuro da nossa floresta. Eu, enquanto membro do Ministério Público Federal, vivo a Amazônia e trabalho na temática ambiental há mais de 6 anos e espero poder aqui hoje contribuir um pouco com os senhores.

O primeiro ponto que quero tratar aqui é o fato de termos conseguido reduções significativas no desmatamento da Amazônia nos últimos anos. De 2009 até 2012, houve quedas sucessivas. Agora, é analisar essas quedas do desmatamento com um olhar um pouco mais crítico. Por quê?

Quando pegamos os números da redução do desmatamento da Amazônia, por Estado, a situação fica curiosa. Curiosa, por quê? Porque você percebe que o único Estado que reduziu significativamente e de forma contínua o desmatamento nos últimos 3 anos foi o Estado do Pará.

Em outros Estados na Amazônia houve aumentos, oscilando para mais ou para menos, notadamente os Estados do Amazonas e de Rondônia. Alguns Estados mantiveram uma constante e, no último ano, com uma pequena crescente, o Estado do Mato Grosso.

Então, ficamos a nos perguntar por que um Estado apresenta uma redução tão forte na Amazônia — mais de 40% —, sendo que o efetivo de fiscalização do IBAMA é o mesmo, o plano de trabalho eventualmente feito pela Polícia Federal é o mesmo, o trabalho do Ministério Público nos Estados é o mesmo? A resposta, parece-me, que está baseada em dois fatores essenciais. O primeiro é o mercado. O segundo é a parceria.

Por que eu digo o mercado? Porque o Ministério Público Federal do Pará, desde 2009, iniciou um forte trabalho com o mercado. Nós temos hoje, no Direito norte-americano, leis que trazem a responsabilidade civil — e aqui vamos tratar somente do campo civil — daquele que adquire matéria-prima sem ter o mínimo de cuidado para saber se aquela matéria-prima tem legalidade.



Então, quem utilizar no Estádio Nacional, em Brasília, por exemplo, uma madeira da Amazônia, uma madeira que vem do desmatamento, pode ser responsabilizado civilmente por isso.

No Direito norte-americano, já existe legislação expressa em relação a madeira que o país importa. O Direito europeu caminha agora no mesmo sentido, com legislação já aprovada e com prazo para que qualquer tipo de produção vegetal ou agropecuária esteja em consonância com a legislação ambiental.

No Brasil, ainda não temos uma lei clara para o mercado, mas somente princípios constitucionais e infraconstitucionais, de responsabilidade solidária, dizendo que a cadeia produtiva que se alimenta de um produto oriundo do desmatamento pode ser responsabilizada.

Com base nesses princípios, o Ministério Público Federal tem buscado junto ao mercado... E os supermercados de todo o País, as grandes empresas frigoríficas e as empresas de grãos já firmaram acordo com o Ministério Público Federal, no sentido de fazer o controle do seu fornecedor. E isso teve início no Pará. Está mais consolidado no Estado do Pará. Para mim, este é o principal fator hoje que explica a redução mais significativa no Estado do Pará nos últimos anos.

Nós não vamos mais combater o desmatamento da Amazônia somente com repressão, somente com fiscalização, com embargo e com multa. Primeiro, temos que chamar a sociedade para um pacto em relação ao mercado, e, segundo, apresentar alternativas, sem nos limitarmos a isso.

Então, nossa primeira sugestão para o debate é que, talvez, saísse desta Comissão um grupo de trabalho para estudar como trazer para o País uma legislação mais específica de contribuição civil de todo o mercado sobre a produção hoje na Amazônia.

Já conversei com a Ministra Maria do Rosário, em audiências públicas também, sobre algumas questões de direitos humanos, e S.Exa. se mostrou extremamente simpática à ideia. Acho que, nacional e internacionalmente, o Brasil mostraria, com muita clareza, a firmeza com que vem tratando as questões ambientais e sociais em termos de produção.

Buscamos também conciliar a preservação ambiental com o desenvolvimento econômico de que o País precisa; avançamos e entre 2010 e 2011 instalamos o



Programa Municípios Verdes. Em que consiste esse programa, que hoje abrange 100 Municípios no Estado do Pará e que trouxe uma forte redução no desmatamento após a sua implantação? Faz-se um acordo com o Município. Metas são apresentadas. Vale dizer que a meta não é individual. Nós saímos do micro. Nós não vamos trabalhar com fazendas, com serrarias, com madeireiras. Não. Nós vamos trabalhar com o Município. Então, nós fazemos um pacto social com aquele Município e explicamos para a sociedade a desvantagem e os males que a adoção de uma política predatória traz ao meio ambiente.

Fizemos, por exemplo, um levantamento: em uma cidade com muitas carvoarias há um número muito maior de crianças sendo internadas em hospitais públicos por conta da má qualidade do ar daquele ambiente. Então, você mostra isso para a sociedade, propõe um modelo alternativo de desenvolvimento econômico e estabelece metas.

São duas metas principais para aquele Município. Uma delas é cadastrar, no mínimo, 80% do seu território no Cadastro Ambiental Rural. Isso fez com que o Pará hoje tivesse 70 mil propriedades cadastradas no Cadastro Ambiental Rural. É mais do que o dobro do que o resto do País. O Cadastro Ambiental Rural Federal vai ser implantado agora pelo Governo Federal, e o Pará já tem 70 mil, que é, como eu disse, mais do que o dobro do que o restante do País.

Uma vez que a propriedade está no Cadastro Ambiental Rural, ela não desmata mais. Por quê? Porque ela acaba facilmente identificada. Então, esta é a primeira meta do Município no Programa Municípios Verdes: a inclusão de 80% do seu território no Cadastro Ambiental Rural.

A segunda meta é o próprio Município reduzir o seu desmatamento para, no máximo, 40 quilômetros quadrados, como está na Portaria do Ministério do Meio Ambiente que delimita aqueles Municípios com maior número de desmatamentos. E aí o próprio Município deve ter uma estrutura de controle do desmatamento. Deve ser uma estrutura simples, mas muito mais legítima.

Eu conversei com um produtor rural, que me disse o seguinte: *“Olha, Daniel, quando vinha o IBAMA com uma equipe de fiscalização de fora aqui me multar, eu juntava a sociedade do Município, a gente xingava o IBAMA, que aplicava multa, e a gente não pagava a multa — e era isso mesmo —, um vizinho meu abriu uma*



*pequena área e nós tínhamos o pacto do Município Verde... Quem vai fazer o controle do desmatamento não é mais o IBAMA, não é mais o Ministério Público Federal, é a sociedade local. É o Município se apoderando daquela área rural. Quando o Sindicato Rural do meu Município e o meu vizinho fazendeiro vieram me falar que eu não podia desmatar, eu me senti um sujeito fora da sociedade."*

u seja, tem mais legitimidade quando a coisa vem da base, vem do poder local, vem de quem está ali naquela região, não vem mais de fora.

Vem de fora num caráter mais excepcional, via, por exemplo, quadrilha. No caso do produtor comum, que eventualmente abre nova área para ampliar a produção, o pacto funciona.

E, com isso, surge uma questão: *"Mas por que a sociedade local do Município vai iniciar esse trabalho? Por quê?"* E aí nós criamos incentivos para o Município trabalhar dessa forma. O primeiro grande incentivo é que o IBAMA vai a esses Municípios com o Ministério Público e deixa bem claro: *"Olha, se vocês vão trabalhar em parceria com o IBAMA, o IBAMA vai dar fôlego para vocês trabalharem."*

Então, todo mundo sabe que quando o IBAMA chega a um Município a produção fica estagnada. Você não coloca o trator para fazer a colheita, fazer o roçado da terra porque tem medo de ter aquele trator apreendido.

Então, o IBAMA diz: *"Eu vou ficar aqui de longe, vendo seus pontos de desmatamento e aguardando os relatórios dos trabalho de vocês"*. Isso dá tempo para o Município trabalhar.

Outra coisa: nós assinamos um Termo de Ajuste de Conduta entre o Ministério Público Federal e o IBAMA para que os produtores dos Municípios que alcançarem a meta sejam desembargados. Dezenas de produtores rurais já foram desembargados e saíram da lista negra de embargos do IBAMA. Hoje, o mercado não está comprando mais de quem está nessa lista negra, e no Município a gente retira esse produtor do embargo. E por que a gente pode fazer isso? Porque o Município está no Cadastro Ambiental Rural. O Município não vai voltar a desmatar. Nos Municípios cujos produtores rurais estão sendo desembargados não há mais desmatamento.

Temos trabalhado outros incentivos. O Governo do Estado do Pará abraçou o programa e tem tentado dar isenção tributária para produtores rurais dos Municípios



que cumprem as metas de redução de desmatamento, prioridade na regularização fundiária e outros modelos.

A gente sabe que, por questões federativas, Município e Estado possuem poucos recursos para apoiar um projeto como esse. Para a União, um programa como o Municípios Verdes traria redução de desmatamento na Amazônia de uma forma muito rápida e muito forte, como houve nos últimos 3 anos, com um investimento relativamente curto para o que seria preciso.

Então, uma segunda proposta para esta Comissão seria aprofundar o estudo do caso do programa Municípios Verdes e tentar propor uma legislação de incentivo a Municípios com repasse de recursos, com prioridade em alguns programas e convênios federais de incentivo à Prefeitura que cumpra essa meta de meio ambiente, o que traz no final regularização para todos os produtores rurais, porque eles são desembargados.

Nosso trabalho no Estado do Pará tem sido feito com apoio do IBAMA, do Governo e dos Municípios, mas a União Federal, mesmo com os recursos e apoio logístico aos Prefeitos, está muito ausente. Isso traz bastante dificuldade para avançar no nível em que a gente desejaria.

Eu vou mostrar rapidamente algumas telas na apresentação.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

Este é um exemplo de Município Verde: Paragominas, no Estado do Pará, o primeiro Município que saiu da lista do Ministério do Meio Ambiente entre os que mais desmatavam.

Por conta desse trabalho, o Pará é o Estado com maior número de Municípios que saíram da lista. Quatro Municípios conseguiram se regularizar, cumprir as metas e sair da lista. Mato Grosso também tem dois Municípios que saíram da lista.

Este é o boletim. Aquele ponto vermelho mostra onde houve desmatamento no mês. A gente manda esse boletim para o Prefeito, que já tem a coordenada. O Prefeito, com sua própria estrutura, vai ao local e coíbe aquele desmatamento. Apenas excepcionalmente, ele chama o Ministério Público Federal ou o IBAMA para fazer a atuação. Estas são as coordenadas desse ponto de desmatamento.

Este é o mapa de Paragominas. Cada um desses quadrados amarelos é um Cadastro Ambiental Rural. Aquele ponto roxo mostra onde ainda tinha



desmatamento em 2009 e 2010. Veja que o desmatamento, pela imagem de satélite, só diminuiu onde não havia Cadastro Ambiental Rural. Como o Pará hoje tem 70 mil propriedades no Cadastro Ambiental Rural a partir dos acordos firmados, o índice de desmatamento nessas propriedades é muito pequeno, porque o produtor rural sabe que vai ser identificado. Ele até brinca que pode receber a multa pelo correio — e pode mesmo. Se há o cadastro e a imagem de satélite de desmatamento, sabe-se quem é o proprietário.

Paragominas conseguiu cadastrar todo o mundo e reduziu o desmatamento. Em 2005, o desmatamento de Paragominas era de 300 quilômetros; em 2009, 21 quilômetros; e hoje é de zero. Há meses, Paragominas não tem um único ponto de desmatamento. E nós já temos esse mesmo modelo em quatro Municípios no Estado do Pará.

Esta é uma matéria do *Jornal Nacional*. Vou deixar o *link* com o material de apresentação de 4 minutos que mais ou menos identifica todo esse processo de parceria contra o desmatamento na Amazônia. É muito interessante essa matéria. Não vou rodá-la agora por conta do tempo, mas é muito interessante, porque ela mostra os produtores rurais, ONGs, Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual, IBAMA, todos debatendo o combate ao desmatamento e a criação de incentivos para produtores rurais e para Prefeitos que cumprem as metas estabelecidas nos acordos com o Ministério Público Federal. A indústria e o mercado supervisionam tudo, deixando bem claro que não vão adquirir o produto de quem não se adequar ambientalmente.

Houve um avanço muito grande nos últimos 3 anos, mas hoje o trabalho tem riscos. Elenco alguns deles. O primeiro é a questão dos licenciamentos ambientais de grandes empreendimentos na Amazônia, extremamente mal conduzidos. Costumo dizer que vejo dois IBAMAs: o IBAMA fiscalização e o IBAMA licenciamento. Do IBAMA fiscalização eu sou fã. Já o IBAMA licenciamento nos causa muito transtorno.

Hoje, Altamira é o principal Município indutor de desmatamento na Amazônia por conta de um licenciamento muito malfeito em relação à usina de Belo Monte, e nós temos vários outros empreendimentos que podem ser pontos de partida para o aumento de desmatamento.





Segundo, no final do ano passado, o Governo Federal sinalizou equivocadamente a redução da Floresta Nacional do Jamanxim, e isso trouxe para a região... Só de você dar expectativa de que se vai reduzir uma FLONA, as pessoas desmatam, por quê? Na cabeça delas, se elas não desmatarem, não vão ter a área. Então, acham que é bom desmatar logo para terem acesso àquela área toda. Isso gerou aumento muito forte de desmatamento.

O terceiro risco é a falta de investimento do Governo Federal na parceria e no apoio aos Municípios do programa.

O IBAMA hoje é um órgão de excelência no combate ao desmatamento na Amazônia, mas a gente sabe que não adianta mais somente a repressão para continuar atuando. É necessário pensarmos em outras formas, como eu resumi aqui, com o mercado e parcerias.

Mais uma vez, agradeço o convite e a oportunidade. O Ministério Público Federal está à disposição dos senhores.

Por fim, ressalto que, se a PEC 37 for aprovada, senhores, o Ministério Público não terá condições de atuar na área ambiental. A maioria das denúncias criminais e das ações hoje do Ministério Público na área ambiental decorre de investigações próprias. É o IBAMA que faz o auto de infração e o remete para o Ministério Público, onde o Procurador faz uma instrução inicial e propõe a denúncia. Não tem polícia, não tem autoridade policial nesse processo.

Esperamos contar com o apoio de V.Exas. na Câmara dos Deputados para que não se tenha esse retrocesso no País.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Penna) - Muito obrigado, Dr. Daniel.

Anotei aqui a Comissão Externa proposta por V.Exa. por meio da qual vamos levar os nossos pares a essas localidades. Acho interessante, porque é sempre um instrumento de conhecimento e de reafirmação local para prestigiar o gesto.

Dr. José Esteves de Lacerda Filho, nós estamos orientando o tempo por um cronômetro, mas não precisa se impressionar com isso. *(Risos.)*

**O SR. JOSÉ ESTEVES DE LACERDA FILHO** - Deputado Penna, que preside esta audiência pública, Sras. e Srs. Deputados, Dr. Daniel Cesar, Procurador da República; Sr. Francisco Oliveira, Diretor de Políticas para o Combate



ao Desmatamento do Ministério do Meio Ambiente; Sr. Luciano de Meneses Evaristo, Diretor do IBAMA; Sr. Dalton Valeriano, Coordenador do Programa Amazônia do INPE; Sr. Heron Davi, pesquisador do IMAZON; Sr. Bruce Nelson, Coordenador de Pesquisas em Ecologia do INPA.

Primeiro, em nome do Governador de Mato Grosso, Silval Barbosa, quero agradecer pelo convite para que Mato Grosso estivesse presente a esta audiência pública, expondo seus problemas também.

O meio ambiente é de interesse público, e não de interesse social. Interessa a toda a coletividade. Em Mato Grosso, assumi a Secretaria recentemente, em janeiro, e, apesar de ser advogado e militante há 30 anos, estou estudando muito para compreender o processo como um todo.

Estamos fazendo uma reestruturação na Secretaria, melhorando a fiscalização e o monitoramento. Estamos conveniando com o Ministério Público Estadual, com a Polícia Rodoviária Federal, com o IDHEA e também com o Tribunal de Justiça para melhorar o nosso monitoramento e fiscalização, em uma parceria conjunta. Já fizemos várias reuniões também com o Ministério Público Federal para discutir essas questões, não só o desmatamento, mas o desmatamento ilegal, a queimada ilegal e também a pesca ilegal. Nós temos trabalhado duramente esses três pontos. Estamos descentralizando para os Municípios. Em Mato Grosso, são 141 Municípios. Estamos falando de uma área de 903 mil quilômetros quadrados, um território representativo.

Nós já temos cadastrado no CAR 24.559.000 hectares de terra. Com a LAU – Licença Ambiental Única, nós já temos 21.181.000 hectares também cadastrados no sistema, mas ainda temos uma demanda reprimida nesse cadastro do CAR, especialmente na agricultura familiar. Já procurei o Presidente do INCRA. Devo estar com ele amanhã, inclusive em uma reunião, para fazer a regularização ambiental das áreas de assentamento rural e da propriedade de agricultura familiar.

Em Mato Grosso, são 72.774 propriedades, parcelas de agricultura familiar, só de parcelamentos do INCRA, e aproximadamente 164 mil propriedades na área de agricultura familiar.

Sr. Presidente, Deputado Penna, gostaria que a Elaine Corsini, Superintendente de Monitoramento de Indicadores Ambientais da Secretaria do



Meio Ambiente, fizesse uma pequena apresentação nesse sentido, e que depois, ao final da audiência pública, a gente pudesse apresentar alguma proposta também para que fosse levada à análise da Comissão de Meio Ambiente. Nós gostaríamos também de, no final, fazer uma apresentação nesse sentido.

Nós estamos tomando todas as medidas possíveis de combate ao desmatamento, com fiscalização. Inclusive, aprovamos — só dois Estados no Brasil aprovaram — a lei do REDD. Mato Grosso já aprovou a lei do REDD. Estamos agora em fase de implantação.

Eu gostaria, com a permissão de V.Exas., que a Superintendente Elaine Corsini fizesse uma apresentação, para conhecimento de todos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Penna) - Fique à vontade.

Tem *eslides*?

**A SRA. ELAINE CORSINI** - Estão aí.

Boa tarde. Obrigada.

Eu vou falar um pouco dos dados do desmatamento do Estado de Mato Grosso e de algumas atividades que o Estado tem feito para combater o desmatamento ao longo das últimas duas décadas; ou seja, o enfrentamento do desmatamento vem desde 1992, quando nós começamos a monitorar ainda quando não licenciávamos, nem tínhamos a gestão florestal sob a nossa responsabilidade.

Isso é só para dar uma ideia um pouco de Mato Grosso. Mato Grosso, apesar de estar na Amazônia Legal de uma forma integral, possui três biomas: o Pantanal, o Cerrado e o bioma Amazônia. A maior parte é composta pelo bioma Amazônia (53%).

*(Segue-se exibição de imagens.)*

Estes são alguns dados do TerraClass que esclarecem o que aconteceu com essas áreas desmatadas dentro do Estado de Mato Grosso de 1988 até 2008; qual foi o tipo de ocupação dessas áreas; quantas áreas estão em regeneração; o que foi ocupado pela pecuária; o que foi ocupado pela agricultura. É importante a gente dar continuidade na geração desses dados, porque eles nos auxiliam no controle também, ou seja, que tipo de atividade predomina no Estado? Basicamente é a pecuária em grande parte da área de floresta. Eu não vou citar os números, porque não vou conseguir cumprir meu horário.



Hoje, com os dados de monitoramento de desmatamento do Estado, atualizados até 2011, que pega toda a parte do Pantanal e do Cerrado, nós observamos que temos um percentual desmatado de 39,2% do Estado, como um todo, e temos um remanescente de 60,8% do Estado. Como essa área remanescente está distribuída no Estado? Vejamos: 67%, a maior parte dela, está dentro de propriedades privadas, que é uma situação bastante diferente de outros Estados, como o Amazonas, que têm muitas áreas públicas federais. E não é o caso de Mato Grosso. Vinte e quatro por cento são terras indígenas e 9% são unidades de conservação federais, estaduais e municipais.

O Estado de Mato Grosso, da mesma forma que os Estados amazônicos, elaborou, em 2009, o Plano de Prevenção e Combate ao Desmatamento — PPCDQMT. E nós tínhamos uma meta voluntária de redução do desmatamento nesse período até 2020. O primeiro período em que foram assumidas essas metas foi de 2006 a 2010, no qual se previu a redução do desmatamento de 64%. O Estado conseguiu reduzir 68% nesse período, ou seja, o primeiro período de metas.

Quando o Governador, à época, estabeleceu essas metas, ele vinculou o atingimento dessas metas à possibilidade de nós termos instrumentos econômicos. Ele se referia, na época, ao sistema de REDD, uma política de REDD do ponto de vista do Governo Federal, um instrumento legal que pudesse fazer com que houvesse um instrumento econômico que possibilitasse às pessoas que estão lá na floresta fazer a manutenção dela — se houvesse um incentivo positivo para a manutenção da floresta. E também que o Governo do Estado obtivesse recursos. Naquela época, nós pensávamos em dinheiro do Fundo Amazônia para implementação dessas ações. O Estado acabou elaborando o REDD, que vou falar um pouquinho para vocês depois — um processo de mais de 2 anos para a promulgação dessa legislação.

Em relação ao acesso dos recursos do Fundo Amazônia, o Estado apresentou um projeto, em 2011, mas até hoje ele não conseguiu acessar os recursos. Nós já estamos no processo de revisão, porque o plano foi previsto para 3 anos e venceu em 2012. Portanto, estamos num processo de revisão.

Essa é a área do Estado monitorada pelo INPE. O rosa não é monitorado. Nós temos, em amarelo, a floresta que já foi desmatada e, em verde, a floresta que



ainda existe. Nós podemos observar que o INPE monitora a floresta, que está tanto no bioma Cerrado quanto no bioma Pantanal e a maior parte no bioma Amazônia — só para dar uma noção das áreas.

Este gráfico mostra que ocorreu o desmatamento. E quais são os dados da produção de soja? Apesar de termos uma curva de declive do desmatamento, nós temos um aumento da produção tanto do rebanho bovino quanto da produção de soja, invertendo um pouco a lógica de que, para aumentar a produção, eu preciso necessariamente do desmatamento. Na Amazônia, nós temos muitas áreas que precisam melhorar a sua produtividade sem necessariamente abrir novas áreas para ampliar essa produção.

Temos aqui os dados de todos os Estados da Amazônia Legal e quanto houve de redução ao longo desse período. Se nós fizermos uma comparação dos dados do INPE, PRODES/INPE, de 2011 para 2012, houve uma redução de 31%. Agora, se pegarmos os dados de Mato Grosso, de 2004, que foi o pico do desmatamento na Amazônia e no Mato Grosso, e compararmos com os dados de 2012 — 777 quilômetros —, nós teremos uma redução de 93% do desmatamento. Se observarmos a curva do desmatamento da Amazônia Legal e a curva do desmatamento de Mato Grosso, nós veremos que elas são bastante similares. Mato Grosso e Pará também têm contribuído muito para o aumento ou para a redução do desmatamento. Ou seja, o padrão é o mesmo. A Amazônia como um todo tem reduzido e Mato Grosso deu uma contribuição muito grande para essa redução, apesar de não ter obtido nenhum recurso para promover isso com recursos próprios.

Estes são os dados do SAD, de janeiro a março de 2003, que mostram os pontos do desmatamento que foram detectados: em vermelho a degradação e, em azul, os dados de corte raso que foram detectados nesse período.

Estes são os dados do DETER. Desde 2011, nós fizemos uma parceria, e precisamos pensar na sua implementação efetiva, entre o INPE, o IBAMA e o Estado do Mato Grosso, a SEMA, para que nós pudéssemos, da mesma forma que o IBAMA, ter acesso aos dados do DETER não pela mídia, mas sim antecipadamente, para que pudéssemos articular com a fiscalização, para que ela pudesse ir a campo. Precisamos retomar isso, nosso acordo de cooperação está vigente, mas precisamos fazer com que ele seja implementado efetivamente.



Em 2011, também, houve articulação bastante interessante entre o IBAMA e a fiscalização da Secretaria de Estado de Meio Ambiente. E como cada um desses dois órgãos tem as suas limitações, a gente tem pouco pessoal, o Estado é extremamente grande, são muitos pontos a serem fiscalizados, houve uma divisão do Estado: a SEMA ficaria responsável por fiscalizar o que está em verde, e o IBAMA ficaria responsabilizado para fiscalizar o que está em azul, sempre trocando informação, para que evitássemos ir ao mesmo desmatamento. Somos órgãos públicos, temos que tentar usar o recurso público da melhor forma possível.

Estes são pontos de fiscalização feitos com aeronave, porque fiscalização da Secretaria fez em abril e detectou desmatamentos nessas áreas.

Este mapa mostra um pouquinho — os números estão desatualizados, eu vou mostrar a próxima tabela — do CAR. O Mato Grosso, em 1999, criou o sistema de licenciamento de propriedade rural para conter desmatamento. E, depois, em 2008, criou o CAR, para agilizar a implementação desses dados na base de dados do Estado. Isso acabou sendo ampliado, e agora todos têm que fazer o CAR. A ideia era ter a informação sobre os proprietários, para que pudéssemos melhorar o nosso controle sobre o desmatamento.

Esta planilha mostra um pouco dos dados de CAR e de LAU. Algumas áreas que tinham anteriormente a LAU acabaram depois fazendo o CAR também para essas mesmas propriedades. De área licenciada pela Licença Ambiental Única — LAU, nós temos cerca de 21 milhões de hectares, e em área de CAR, 24 milhões de hectares. A área passível de licenciamento do Estado de Mato Grosso é de cerca de 71 milhões de hectares. O Estado tem 90 milhões de hectares, tirando as terras indígenas e Unidades de Conservação, sobram em torno de 70 milhões de hectares. E nós temos aí 45 milhões de hectares desses 71 milhões licenciados, ou ele está dentro do CAR ou ele está dentro da LAU.

Outra iniciativa do Estado é no sentido de instrumentos econômicos positivos, como eu já falei para vocês. Desde 2008, o Estado do Mato Grosso, juntamente com o Pará e outros seis Estados dos nove da Amazônia Legal, participam da Força-Tarefa dos Governadores para o Clima e Floresta — GCF, talvez alguns de vocês possam ter ouvido falar. A ideia do GCF é pensar como Estados da Indonésia, dos Estados Unidos, do México, do Peru, do Brasil podem pensar em um sistema de



compensação por todas essas reduções do desmatamento que foram feitas no Estado. Que tipo de compensação nós podemos ter por essa redução realizada dentro da Amazônia? Os Governadores da Amazônia Legal também, em 2009, na COP de Copenhague, fizeram toda uma mobilização, um fórum dos Governadores, para pensar em uma força-tarefa de REDD, que foi discutido com o Governo Federal, pensando em ter uma implementação efetiva, um instrumento legal, no âmbito do Governo Federal, que pudesse criar as regras para o REDD funcionar efetivamente. E hoje temos o Fórum dos Secretários da Amazônia Legal, que, entre outros temas, também tem trabalhado com a questão do REDD.

Só falando do nosso Sistema Estadual de REDD, foi criada uma câmara, no âmbito do Fórum Estadual de Mudanças Climáticas, e nós estivemos, mais ou menos de março de 2010 até março de 2011, elaborando um texto da lei de REDD. Depois, nós fizemos consulta pública, pelo *site* da Secretaria, fizemos consultas setoriais, com a OAB, a FAMATO, que é o órgão responsável pela agricultura no Estado, os grandes produtores, especialistas de REDD, várias discussões para produzir essa lei, que foi aprovada agora, em janeiro de 2013.

Esse é um esquema do sistema. A Lei é a nº 9.878. Está disponível na Assembleia, no *site* da Secretaria também, para quem quiser conhecer um pouquinho da lei. Precisamos pensar que, só com a redução dos desmatamentos, só contendo o desmatamento, se não tivermos incentivo positivo para quem mora na floresta, vamos gastar muito dinheiro sempre para fazer o controle e a fiscalização. E acho que esse não é o objetivo. Precisamos fazer com que tenhamos incentivos positivos para a manutenção da floresta, para que a floresta seja rentável para quem mora lá.

Era só isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Penna) - Muito obrigado.

Agora nós vamos ter aqui uma ação combinada. Nós vamos ouvir o Coordenador do Programa Amazônia do INPE, depois ouviremos o Sr. Francisco Oliveira, Diretor de Políticas e Combate ao Desmatamento do Ministério do Meio Ambiente, e, a seguir, o Sr. Luciano de Meneses Evaristo.

Com a palavra o Sr. Dalton Valeriano.



**O SR. DALTON DE MORISSON VALERIANO** - Esta audiência foi convocada por conta de uma notícia a respeito de aumento de desmatamento. Eu quero aproveitar e apresentar aqui o que o INPE faz, em termos de monitoramento de desmatamento na Amazônia, e mostrar que não temos nem condição de dizer se há ou não há um aumento. Fazemos uma medida de desmatamento em escala anual, e essa é a medida que vale. Eu quero mostrar isso, para que fique bastante claro qual é a posição do INPE em relação a essa notícia.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

O INPE é responsável por essa Ação 4.176, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, que internamente é chamada de Programa Amazônia, e que tem duas funções. Uma delas é fazer o mapeamento do desmatamento e degradação da Amazônia, com resolução detalhada, e dá para fazer isso, hoje em dia, com a tecnologia, com escala de uma vez por ano. A outra são os projetos PRODES e os projetos DEGRAD e DETEX. Eu vou explicar rapidamente esses projetos. No outro, que fazemos ao longo do ano inteiro, utilizamos sensores de resolução grosseira, 250 metros, o que nos permite mapear áreas com 25 hectares ou mais. E concebemos esse projeto como um suporte à fiscalização apenas, não como um produtor de indicadores de desmatamento em escala, qualquer que seja, mensal, bimensal etc.

Entrando agora nos projetos, um por um, o PRODES é o monitoramento do desmatamento da Amazônia. Bastante importante é a ação do MCTI no PPCDAm — Plano para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia. Utilizamos dados da resolução de 20 a 30 metros. Com dados dessa natureza, conseguimos uma boa cobertura da Amazônia só uma vez por ano, no período de julho, agosto e setembro. Daí em diante, as observações são muito parciais. O tema é corte raso. Nós estamos mapeando exclusivamente áreas onde houve conversão da floresta completa, e não apenas degradação, não apenas exploração madeireira, não apenas mero incêndio florestal. E temos uma área mínima que, apesar de a tecnologia poder fazer uma coisa melhor, e nós fazermos internamente, nós trabalhamos com uma tecnologia anterior que nos ancorou nessa escala de área mínima de 6,25 hectares.





O produto desse projeto são valores de desmatamento anualizados, em quilômetros quadrados por ano, para a Amazônia Legal e unidades federativas, os incrementos anuais, ou seja, o quanto medimos — não interessa o intervalo de tempo que houve entre uma imagem e outra — para as unidades federativas e Municípios, que é utilizado inclusive para a seleção de Municípios críticos, e também para a liberação de Municípios críticos que estão dentro da lista.

Produzimos também um banco de dados digital de imagens a partir de 1997. Esse banco cumpre o compromisso que o INPE tem com transparência. Nós colocamos esses dados na rede rapidamente. Tão logo é divulgado publicamente, ele vai para a Internet de forma oficial. Produzimos as taxas e o banco de dados, com imagens, mapas, estatísticas e serviços, permitindo algumas buscas de banco de dados.

Quanto à evolução, nós trabalhamos muito tempo com fotografias coloridas. Era o que havia na época. Ela escalou para 250 mil. Isso ancorou a nossa área mínima de 6,25 hectares. Nós temos que manter a série temporal sem ser corrompida por inovações tecnológicas. Era feita uma interpretação visual, depois os polígonos de desmatamento eram digitalizados, e os cálculos de área feitos digitalmente.

De 1997 a 2005, nós desenvolvemos a capacidade de processamento de imagens do INPE e fizemos esse sistema que envolve a concentração da informação de desmatamento numa imagem só, a segmentação e a classificação dessa imagem. É muito bonito e interessante, mas demora. Toma tempo para fazer isso aí.

Depois, nós tivemos que desenvolver um sistema feito em casa, baseado na biblioteca TerraLib, ou seja, dados de código aberto. O sistema TerraAmazon permite muita gente trabalhar ao mesmo tempo, no mesmo banco de dados. Com isso, conseguimos cumprir os prazos que hoje nos são dados. Trabalhamos com imagens para esse projeto de julho a agosto e normalmente temos que entregar o resultado por volta de novembro, com 90 a 100 imagens interpretadas, auditadas, já bem conferidas, para que esse resultado possa ser apresentado no País e levado à COP de Mudanças Climáticas e Carbono.



O sistema é bastante simples. Vocês podem ver aqui um exemplo de 2010/2011. Essa área foi um incremento de desmatamento que aconteceu. Isso é o que nós mapeamos. Fazemos um mapa completo, não é uma amostragem. É um mapa completo do que existe de florestas dentro da Amazônia Legal.

Aqui é outro exemplo. Houve um aumento do desmatamento de uma área. De vez em quando, fazemos um trabalho em conjunto com o IBAMA. Aproveitamos o trabalho que eles fazem de fiscalização para fazer a nossa unidade terrestre. Esse quadro demonstra claramente que essa é uma área de corte raso, desmatamento completo.

Esse é o histórico da série temporal que temos mantido e não corrompido, em termos de semântica e em termos de geometria. E nós percebemos claramente, nesse tobogã que vocês veem, os momentos econômicos do País. Mas aqui é uma entrada de plano PPCDAm, nesse período pós 2004.

Esse *eslaide* sobre o Mato Grosso já foi mostrado na apresentação anterior. Ele mostra uma redução bastante intensa e consistente desde 2004. Apesar de ter uns repiques, como o que aconteceu em 2008, no total, temos um repique aqui e em outro Estado, mas são coisas pequenas. No todo, estamos sim com uma redução substancial e consistente no desmatamento.

Aqui está o andamento por Estado. Dos dois Estados que mais desmataram, Mato Grosso reduziu drasticamente, a partir de 2004, o seu desmatamento. Praticamente está dentro do conjunto de todos os Estados, com nível de desmatamento da ordem de 500 quilômetros por ano ou menos. O Estado do Pará está se aproximando rapidamente desse bloco de contribuição ou desmatamento total. Estou mostrando um controle disso.

Realmente isso é medida de desmatamento. Nós já fizemos testes para ver quanto é que melhora essa medida se mudarmos de 30 metros para 5 metros. Muda de 4% a 5%, quase nada. Ou seja, estamos numa resolução adequada para perceber o desmatamento da maneira que acontece no Amazonas.

Aqui é a variação da taxa, que percebemos no ano passado, que temos hoje na mão, fechado em 2012. Esta aqui é só uma estimativa. Na quinta-feira, vamos apresentar a consolidação dessa estimativa, que não muda muita coisa. Estamos



percebendo aqui a terceira maior redução que aconteceu dentro dessa série temporal que temos aqui.

Outro projeto que ainda está em fase de testes, de exames, que estamos fazendo, porque, como mapeamos só corte raso no PRODES, existe ainda um termo que está faltando, especialmente para a parte de emissão de carbono e uma parte também de uso adequado do recurso florestal, que é a degradação florestal e a própria exploração madeireira, como podemos perceber nas imagens. É possível gerar esse produto, e esse produto precisa ser examinado pela sociedade, para ver a utilidade dele.

Aqui é o exemplo típico de paisagem numa fronteira amazônica, de áreas ocupadas e áreas de floresta. Segundo o PRODES, isso aqui é desmatamento, mas isso aqui é floresta. Agora, dentro dessa floresta, há cicatriz de queimadas gigantescas, bastante grandes e se percebe linhas retas. A floresta não tem linhas retas. Alguém fez isso lá. Temos maneira de processar essa imagem e realçar as feições que estamos vendo aqui.

Percebe-se que há cicatriz de queimada com bastante evidência, mas também evidencia muito bem as áreas de atividade madeireira. Percebe-se os pátios de espera, as conexões entre esses pátios de maneira muito fácil. Esse aqui é um processamento simples, pode ser aplicado com qualquer sensor, para qualquer tipo de dado multiespectral. E, com resolução de 30 metros, isso já é adequado. Temos 30 metros, 20 metros, até 5 metros disponíveis para fazer esse trabalho. Daí em diante, mapeamos isso aí.

Então, o produto de degradação, que são as áreas de queimadas, já está público há alguns anos. Em 2007, 2008 e 2009 já foi colocado na rede.

O que chamamos de DETEX, que é a detecção de exploração madeireira, está sendo testado por órgãos do Governo, para ver se realmente é informativo. Essa é uma atividade econômica que precisamos ter cuidado também para apresentar.

Agora, o DETER. Esse, sim, o que nós fazemos? Para suporte à fiscalização, ele é uma detecção, ele não é um mapeamento. Na detecção, identificamos o que é, dizemos que é desmatamento ou degradação, não estamos nos atrevendo em extinguir uma coisa da outra, e damos a localização daquilo.



Como delineamos esse objeto, produzimos também um indicativo de área. Eu vou mostrar aqui que esse indicativo de área não serve como indicador mensal do total desmatado e o andamento de desmatamento durante o ano.

O DETER também é uma ação do MCTI dentro do PPCDAm, é um sistema de alerta. Chamamos de tempo quase real. O tempo real é o tempo que permite que o aparelho fiscalizatório possa chegar em campo a tempo de interceder no processo de desmatamento e a ação ser efetiva. Essa é a ideia. Para isso, temos que usar um sensor que passa sobre a Amazônia, sobre o mundo inteiro, rapidamente, é um sensor com 2.200 quilômetros de faixa margeada. Em 2 dias ele cobre a Amazônia inteira, mas paga-se pelo outro lado, paga-se por estar trabalhando com esse tipo de tecnologia, com 250 metros de resolução. Por isso, vamos ter que usar dois *pixels* por dois. A nossa área mínima é de 25 hectares.

Isso tem sido interpretado diariamente. Só não estamos trabalhando fim de semana. E, imediatamente, o dado resolvido é entregue ao IBAMA. O IBAMA recebe isso em escala diária. Lá para quarta ou quinta-feira ele está recebendo a imagem de ontem, acumula no fim de semana e depois retomamos o trabalho durante a semana.

Este aqui é o caso de área degradada. É uma situação onde houve uma exploração madeireira, mas houve recorrência de fogo. Então, não podemos chamar de desmatamento, apesar de ter tido um colapso da estrutura florestal, porque ainda não está em uso, mas podemos chamar de degradação. Isso é facilmente identificável nesse tipo de dado, desde que haja escala para isso. As áreas de corte raso também são mais fáceis de fazer. Isso tudo é interpretado diariamente e fornecido ao IBAMA.

Este é um exemplo do andamento do DETER. Essa é uma imagem do MODIS. Podemos fazer isso porque temos do PRODES o mapa das áreas desmatadas. Em roxo aqui são as áreas não florestais. O curso d'água está em azul. E colocamos a imagem do MODIS, que é o sensor 250 metros, por baixo, mapeia as áreas de desmatamento, incorpora ela na máscara e coloca nova imagem. Aí há novos desmatamentos. Isso aqui, no caso, foi uma escala de 21 dias. Em 2004, aconteceram todos esses desmatamentos. De novo vai fazendo isso aí.



Então, nós temos o passado do desmatamento até o ano passado, nós temos imagem do MODIS sendo recebidas diariamente. Fazemos análise do INPE, o envio desses dados é feito diariamente para o IBAMA e, daí em diante, é assimilado dentro do sistema do IBAMA. Sai das nossas mãos, e o IBAMA que trabalha com esses dados.

E também, pelo nosso compromisso com transparência, esses dados, com certa periodicidade, mensal, bimensal, etc., vão para a Internet para que toda a sociedade possa ficar sabendo o que foi mapeado na região.

Aqui o exemplo da página do DETER. Eu brinco que não temos artista, são todos engenheiros, então é *design by engineer*, é bem feia mesmo. É um *browser* geográfico, pode-se passear ali em cima, e com ícones apontamos o local. Ele está só detectando. Mas, clicando no ícone há informação sobre área, localização, qual Município, etc. Há também um acesso ao *shapefile*, todos esses mapas estão disponíveis para análise por órgãos do Governo, academias, etc.

Também saídas lá, busca do banco de dados para fazer análise agregada por Estado, por Município, por unidade de conservação, etc.

E um serviço, qualquer um que se registre lá, pode ser ou não do Governo, interessado, por exemplo, em alguma terra indígena ou unidade de conservação. Assim que o banco de dados nosso é alimentado, a pessoa recebe *e-mails* automáticos dizendo quais os eventos detectados naquele local, que data, o tamanho, etc.

A limitação do DETER, quando começamos a fazer esse sistema, que foi em 2004 — aqui estão as categorias por tamanho de desmatamento. Desmatamento menor do que 25 hectares, são esses pequenos aqui, em termos de número e de eventos. E vai subindo de escala. Este aqui é o total. Quando o PPCDAm começa a funcionar, em 2004, percebe-se uma redução do desmatamento concentrada nos grandes polígonos. Os polígonos grandes sumiram. O pessoal que estava fazendo desmatamento em larga escala parou de fazer e os menores mais ou menos continuaram na mesma quantidade de eventos.

Isso, em termos de área, representa o seguinte, a área de polígonos menores de 25 hectares, que é essa barra azul aqui, foi aumentando de 20% para os atuais



60%. Ou seja, 60% do desmatamento acontece no Amazonas e não vemos nesse sistema.

E já vimos também que uma boa percepção de área acontece para polígono de 100 hectares para cima. Antes era — 100 hectares é esse roxo aqui — mais ou menos 50% e hoje estamos reduzidos a 10%. Se ele já era fraco como previsor de área, está pior ainda hoje. Serve como serviço de detecção, apoio ao pessoal do IBAMA.

No geral, ele opera todo o dia, desde março de 2011, fomos acelerando a frequência de fornecimento. Conversamos intensamente com órgãos de fiscalização e desmatamento. Praticamente venho uma vez por semana para Brasília para discutir isso com vocês e com o pessoal do IBAMA. E as três avaliações do PPCDAm foram boas, mas esse problema de se tornar míope porque o fenômeno mudou, os grandes desmatamentos ficaram raros, temos que adaptar. Estamos trabalhando agora para assimilar novos sensores, já existe a tecnologia de melhor resolução em certa frequência alta, para podermos melhorar essa capacidade de mapeamento.

Há um caso aqui em que usaram os nossos dados para produzir uma notícia. Há pouco tempo divulgamos os dados de novembro a fevereiro, que são os piores 4 meses de observação, conseguimos um total de 615.

O IG pegou esses dados e somou o que seria acumulado de um ano de mapeamento no outro sistema, do PRODES. O mapeamento começa em agosto, nós entregamos de agosto a julho. Então, eles pegaram de agosto a fevereiro e fizeram as contas sozinhos, dizendo que o desmatamento subiu 26% nesse período. Isso não tem jeito, nós produzimos os dados. Os dados têm área, mas área como se fosse um indicativo, só para priorização na fiscalização. Então, eles produziram essa informação.

Diz o INPE, não; a gente não diz isso. Na nota em que saem essas divulgações de áreas, a gente diz que não recomenda a comparação com outros dados. Por quê?

Este aqui foi produzido ontem, apresentado ontem; a integração também de março e abril.



E a razão por que a gente não recomenda, além de todas aquelas limitações de que eu falei por conta de área e da dinâmica da área do desmatamento, dos eventos do desmatamento, é que a gente tem que lidar com nuvens na Amazônia — não tem jeito. Elas têm um andamento anual, mas também uma localização que a gente não controla. Isto aqui não é a nuvem de um momento, não, é o acumulado de área sem nuvens durante 1 mês. O que está em branco foi observado pelo menos uma vez. E se repara que varia muito a localização disso. E, se o desmatamento estivesse distribuído aleatoriamente por toda a Amazônia, tudo bem, poder-se-ia usar a quantidade, mas ele não está. Ele tem locais, tem eixos, tem concentrações e tem dinâmicas: ele acontece certas épocas em algum lugar e certas épocas em outros lugares. Então se coloca isso. Se há outra variável, de que não se tem controle, que é a cobertura de nuvem, mais fraco ainda se torna isto aqui como preditor de áreas.

Aqui nós temos o andamento dos últimos 3 anos, em termos comparativos. Não é adequado fazer comparação. Esse DETER de 2010 para 2011, para 2012, ele apontava aumento, e deu redução. Em outros anos, ele apontou redução, e deu aumento. Fica muito incerto.

Então, esse é o andamento que nós temos do histórico. Nós estamos aqui em abril. Esses últimos 3 meses... Eu acho muito fraco ainda porque a capacidade de observação é pequena.

O ponto nosso é: temos um sistema que fortalece a fiscalização. Tenta-se produzir um fato — eu chamaria um factoide — volta e meia por conta das publicações. A gente não endossa isso. Uma vez por ano, a gente produz um número, de que realmente a gente assina embaixo. E a gente corre todos os riscos por ele.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Penna) - Muito obrigado, Sr. Dalton, Coordenador do Programa Amazônia do INPE.

Agora nós vamos ouvir o Sr. Francisco Oliveira, Diretor de Políticas para o Combate ao Desmatamento, do Ministério do Meio Ambiente.



**O SR. FRANCISCO OLIVEIRA** - Boa tarde a todos. É um prazer para o Ministério do Meio Ambiente estar aqui na Câmara discutindo um assunto tão importante, o desmatamento. Agradecemos inicialmente o convite.

O que nos motiva a estar aqui é a preocupação de todos nós com o desmatamento na Amazônia, com uma notícia colocada. O Dalton já começou a nos mostrar a forma como o INPE enxerga esses dados. Eu vou tentar trazer, complementando um pouco a apresentação do INPE, algumas informações, para entendermos melhor.

Primeiro, eu vou falar das metas da Política Nacional de Mudanças do Clima e, depois, entrar um pouco na dinâmica, como é que nós, ao receber esses dados que o INPE produz, os processamos e como é que, depois, o Luciano vai usar essas informações em termos de fiscalização.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

Política de Mudanças do Clima. Uma das metas na Política Nacional de Mudança do Clima, do decreto de 2010, é que o Brasil iria reduzir o desmatamento na Amazônia em 80%. A meta em geral diz que o Brasil, de forma voluntária, vai reduzir entre 36% e 38% as suas emissões, e dentro dela está essa redução do desmatamento em 80% na Amazônia.

Este gráfico aqui os senhores já viram algumas vezes hoje. Eu vou me ater só a esta linha pontilhada, que é o que dá nossa linha de base para fazer a conta dos 80%. Então, entre 1996 e 2005, a média do desmatamento foi de 19.625 quilômetros quadrados, que até o momento nós já reduzimos, chegando à data de 2012 com o dado ainda preliminar que o Dalton falou de 4.656. Ou seja, nós estamos muito próximos da meta estabelecida para 2020 de reduzir em 80%, que é 3.925.

Como vou mostrar nos próximos eslaides, esse é só o começo da nossa caminhada. Se eu tratasse isso como um paciente que entrou num hospital em situação grave, eu diria que nós estamos conseguindo controlar a parte mais crítica dele e que agora temos que manter uma estabilidade e continuar reduzindo, ou seja, melhorando a saúde desse paciente.

Então, nós estamos muito próximos, porém com uma tarefa muito mais difícil ainda. Como colocou o Procurador Daniel Azeredo, o desmatamento está sendo reduzido fortemente, mas vai ter que se manter aqui embaixo. O comando e





controle, de fato, está atingindo o seu limite do ponto de vista daquilo com que pode contribuir. Ele é fundamental, é necessário, mas essas outras ações têm que vir junto com ele.

Aqui, só para os senhores verem como olhamos para esses dados que o Dalton mostrou em números. Nós tentamos simplificá-los um pouco. Pela extensão da Amazônia, nós temos as áreas onde o desmatamento acontece com maior frequência. Vamos fazer uma sequência. Aqui embaixo está o gráfico do desmatamento. Vai começar em 2001. Eu queria que os senhores observassem essas manchas, como elas vão se movimentar ao longo dos anos até chegar a 2011. As manchas mais vermelhas são onde o desmatamento estava acontecendo com maior intensidade. Isso é importante para quem está fazendo o comando e controle, para quem está fazendo qualquer ação, porque se tem uma ação muito mais focada, muito mais localizada daquilo que é importante, os locais nos quais se tem que atuar numa Amazônia que, nós não podemos esquecer, tem 5 milhões de quilômetros quadrados. Se se pensar o bioma, são 4 milhões. Dentro desses 4 milhões cabe a União Europeia inteira. Então, temos uma responsabilidade muito grande.

Não vou falar muito. As imagens falam por si sós: 2002, 2003, 2004, quando vem a primeira política forte — o Dalton já a mencionou — que foi estabelecida, o Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia. A ação foi coordenada pela Casa Civil desde 2004 até o início deste ano. A responsabilidade agora passou para o Ministério do Meio Ambiente do ponto de vista da coordenação do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento, mas foi neste primeiro momento que se estabeleceram as ações. As ações estão com três eixos principais: ordenamento territorial, comando e controle e fomento às atividades sustentáveis. Aí, 2005. Os anos vão se passando: 2006, 2007. As manchas vão mudando de lugar, mas estão sempre nessa região conhecida como arco do desflorestamento. Em 2008 temos uma leve subida — é quando se começa toda uma política dos Municípios prioritários, também já citados aqui, aqueles que tinham altos índices de desmatamento. No início eram 36 Municípios prioritários. Chegamos a 48. Hoje são 46 Municípios prioritários, que ainda têm altas taxas de desmatamento e precisam



atingir o nível de controle, muito bem mostrado pelo Daniel Azeredo aqui. É o caso de Paragominas. Aqui, 2010, 2011.

Esses dados todos nos mostram claramente que, quando se tem um bom posicionamento do comando e controle e das outras ações, se se concentram elas nos lugares certos, se tem um melhor resultado naquilo que vem acontecendo ao longo do tempo.

Aqui é para mostrar que no passado nós já tivemos momentos, qualquer que seja o fator que o tenha determinado, nos quais houve uma redução do desmatamento, mas logo ela vem seguida de um aumento. Num segundo período, a mesma coisa: chega-se a diminuir em até 54% o desmatamento, mas ele volta a subir em 110% em relação a este número que está aqui.

O que nós temos a partir do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento — são essas barrinhas verdes — é uma redução muito mais consistente, porque houve uma ação coordenada, principalmente do Governo Federal no seu primeiro momento, que, como foi dito pela Elaine, desdobrou do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento federal. A partir de 2009, todos os Estados da Amazônia começaram a desenvolver os seus planos estaduais, e esses planos têm ajudado e têm composto com o plano do Governo Federal, descendo para uma escala estadual, aquilo que é importante acompanhar do desmatamento.

E aqui nós temos essa redução consistente. Como eu disse, é muito importante que ela permaneça nesses níveis baixos, o que eu acho um desafio enorme. Se foi um grande desafio até o momento reduzir as taxas, eu não tenho a menor dúvida de que é muito maior o desafio de mantê-las nesses níveis. Para isso, é muito importante uma ação coordenada do Governo Federal, dos Governos Estaduais, dos Governos Municipais, todos têm que atuar de forma conjunta — apenas falando na esfera de governo. É claro que nós temos a esfera da sociedade civil, que tem contribuído muito para esse trabalho que vem sendo feito de forma bastante consistente.

Esse é o último mapa, com os dados preliminares de 2012, que mostra as áreas prioritárias. É baseado nisso que o IBAMA faz o seu primeiro trabalho, ao final de cada ano, de planejamento das ações de fiscalização, comando e controle. Além disso, o DETER — é aquela informação apresentada pelo Dalton — vai trazer o



quanto vai ser preciso mexer nessas áreas prioritárias, que estão aí colocadas, ao longo do ano. Eu mostrei certa dança dessas manchas ao longo dos anos, mas elas também, dentro 1 ano, começam a ser mexer. É muito importante que nós consigamos perceber isso rapidamente e que possamos estar posicionados de forma adequada para o enfrentamento daquilo que ainda acontece de forma ilegal.

E aí vem um grande desafio que nós temos em conjunto com os Estados, que é separar o joio do trigo, e separar joio do trigo no sentido de que existe aquele que ainda insiste em fazer um desmatamento ilegal, mas existe também aquele proprietário que age dentro da lei, segue a licença que recebe do Estado. É importante que a gente consiga, nessa parceria com os Estados, cada vez mais identificar essas diferenças, ou seja, separar um do outro.

Outra forma de olhar os dados de 2004 até 2012 é nesta *pizza* do desmatamento por Estado, que estava em tabela nas outras apresentações. Aqui se mostra um pouco essa variação, bastante dita, mas chamando atenção para o Estado do Pará com uma contribuição em 2012 de 36%. Ela já chegou a quase 50% no ano de 2011. De 2010, 2009, 2008 não dá para ver os números, mas dá para ter uma ideia da contribuição de cada um deles. Por outro lado, em azul, como já foi apresentado pela Elaine, tem-se o Estado de Mato Grosso, que vem também numa redução consistente, saindo em 2004 de quase 50% de todo o desmatamento e chegando a apenas 16%. Um dado preocupante vem do Estado do Amazonas, que vem aumentando a sua participação. Isso é um alerta importante para que a gente atente para medidas a serem tomadas a fim de que esse desmatamento, que hoje ainda está no arco, não avance para dentro da floresta, como parece estar acontecendo.

Outro dado importante que já foi mencionado aqui é o TerraClass. O TerraClass de 2008, este produto aqui que foi feito, faz o quê? Aqui é a área de floresta em 2008 que existe na Amazônia, e esses 17,5% são o que a gente já tinha perdido de floresta na Amazônia até então. Esses 17,5%, quando analisados... A Elaine fez um olhar para o Estado de Mato Grosso, e esse é um olhar para a Amazônia inteira. Desculpem-me. Um pedaço dele está em inglês, mas a legenda está em português. O que a gente observa? Pasto limpo, 46%. Se o juntarmos com pasto sujo, que é este 8,7%, e com este 6,7%, que é regeneração com pasto, temos



quase 60% da área ocupada. Seguindo o padrão que a Elaine apresentou para Mato Grosso, para a Amazônia inteira, é muito similar; ou seja, a Amazônia inteira tem 60% da sua área desmatada ocupada por pastagem, apenas 4,9% está ocupada com agricultura anual.

O importante dessa história — aproveito um pouco o gráfico da Elaine — é que o que a gente tem observado ao longo desses anos são duas coisas. Primeira, para o Estado de Mato Grosso e Pará, que têm a maior contribuição... Temos observado os limites, muitas propriedades. Algumas informações já chegaram para podermos fazer as análises olhando as propriedades. Então, isso nos traz uma riqueza de informação muito grande. E, com essas informações, olhando as propriedades, o que nós notamos é que o *eslaide* que o Daniel Azeredo apresentou de Paragominas, onde o desmatamento está acontecendo nas áreas que não estão cadastradas, é bastante verdadeiro. O que nós observamos na série histórica é que o desmatamento que está acontecendo nas áreas que não fazem parte do sistema, que ainda não migraram totalmente para o CAR ou que já estão no CAR, essas áreas desmatadas vêm crescendo quando não têm um dono claramente definido, ao passo que, no momento em que o Cadastro Ambiental Rural acontece — é claramente a imagem que o Daniel apresentou —, não se vê desmatamento acontecendo ou vê em proporções bastante menores e em descendência o desmatamento que está acontecendo dentro das propriedades.

Segunda coisa importante: este é o TerraClass de 2008; o de 2010 já está pronto e deve ser divulgado nos próximos dias. Então, o que era uma fotografia dessa dinâmica das áreas desmatadas em 2008... Eu digo que nós vamos começar a construir um filme. De 2010 nós já temos esse dado pronto, deve estar sendo lançado pelo INPE, junto com a EMBRAPA, nos próximos dias, e já se inicia o trabalho para o TerraClass de 2012. Ou seja, de fato, Elaine — aproveito o seu questionamento —, eu entendo que o TerraClass vai nos trazer uma informação bastante importante do que está sendo a dinâmica das áreas que já foram desmatadas.

Outro dado importante, para fechar minha apresentação, é que 21% das áreas que foram desmatadas — isso é só uma fotografia do ano de 2008 — são áreas que estão em regeneração. É claro que existe uma dinâmica do uso do solo,



na Amazônia ou em qualquer outro lugar, que isso pode, por enquanto, simplesmente representar uma área em pousio. Então, nós precisamos de mais informações, de uma série temporal maior, para que possamos começar a ter conclusões melhores sobre o TerraClass.

E aí, para fechar mesmo, uma síntese. Isto aqui é o PIB brasileiro, em dólar, crescendo, e o desmatamento caindo, o que mostra mais uma vez que, melhorando a produtividade, dando apoio aos produtores, é possível reduzir significativamente o desmatamento na Amazônia e, mesmo assim, ter a Amazônia produzindo e entregando o que o Brasil precisa entregar em termos de desenvolvimento.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Penna) - Cumprindo a nossa agenda, com a palavra o Sr. Luciano de Meneses Evaristo, Diretor de Proteção Ambiental do IBAMA.

**O SR. LUCIANO DE MENESES EVARISTO** - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, colegas de governo, caro Procurador Daniel Azeredo — é um prazer estar com V.Sa. de novo —, colegas da sociedade civil organizada, senhoras e senhores, eu queria apresentar o meu Coordenador-Geral de Fiscalização Ambiental, Jair Schmitt, o nosso Superintendente do IBAMA no Pará, Hugo Américo, o nosso colega Geraldo, da Coordenação de Normatização e Suporte à Fiscalização do IBAMA.

Eu queria começar a exposição, Sr. Presidente, agradecendo as menções elogiosas do Procurador da República no Pará, Dr. Daniel Azeredo, e fazendo de público uma menção honrosa ao Ministério Público Federal no Pará. O Procurador Daniel Azeredo colocou a questão do trabalho do Ministério Público, junto com o IBAMA e o Governo do Estado, nos pactos contra o desmatamento. Eu, como servidor do IBAMA, fui testemunha do início até agora desse esforço que o Ministério Público Federal vem fazendo naquele Estado.

Muitos têm o Ministério Público Federal como aquele fiscal da lei que vai prender, que vai punir, e o Ministério Público Federal no Pará mostra que não é só nessa vertente em que ele atua. Ele está buscando reverter o quadro da economia, que ainda se baseia no crime, reduzindo o desmatamento e mudando a história da economia do Estado do Pará. Nós do IBAMA temos a esperança de que esse



projeto dos pactos conduzidos pelo Ministério Público no Estado do Pará possa alcançar Mato Grosso e Rondônia e, assim, nós possamos criar um clima de redução consistente do desmatamento e, ao mesmo tempo, da garantia da produção nesses Estados.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

Começo aqui a minha preleção. Para aqueles que ainda não conhecem como o trabalho do IBAMA funciona, nós recebemos polígonos indicativos de desmatamento, o DETER, que o Dalton já colocou aqui. O INPE repassa ao IBAMA polígonos georreferenciados dizendo: *“IBAMA, nessas coordenadas desses polígonos, poderá haver um desmatamento”*. Esse é o recado que o INPE passa para nós. O INPE não diz: *“Vai lá, que é um desmatamento”*. Ele diz: *“Vai lá, que pode ser que haja um desmatamento”*.

De posse desses polígonos, nós produzimos os A4 de fiscalização, já com esse polígono georreferenciado pelo INPE, e mandamos as nossas equipes de campo, que vão até o local verificar, fazer a fiscalização. Se for um desmatamento, ele será autuado. Se não for, será relatado que aquilo é um espelho d'água, que é uma cobertura de rochas, que é uma cicatriz de fogo e que, de fato, aquilo não é um desmatamento a corte raso.

Diferentemente de 10 anos atrás, quando a gente ia às cegas medir o desmatamento no passo, a gente chega ao local com o A4 pronto, com o polígono determinado, basta a gente conferir com o GPS as coordenadas e, aí sim, buscar identificar o autor daquele desmatamento para adotar as providências de persecução administrativa.

Feito isso, a gente está aqui mostrando como foram essas detecções nos períodos PRODES. Lembro àqueles que não conhecem que o período PRODES é agosto de um ano a julho do outro. Sempre que a gente estiver falando aqui em PRODES, é agosto de um ano a julho do outro. No PRODES 2010-2011, 2011-2012, 2012-2013, percebemos — divulgamos ontem no IBAMA — que, no mês de março, tivemos uma redução de 53% e, no mês de abril, uma redução de 37%.

O que a gente está mostrando aqui são os alertas para a atuação da fiscalização, não é desmatamento.



Aqui, tivemos o quadro de cobertura de nuvens. Os senhores veem que em abril e em março, mas em abril principalmente, tivemos uma cobertura de nuvens menor do que o período passado. Tivemos 42% no PRODES 2012-2013, 47% no 2011-2012. Isso significa que estamos vendo mais. Apesar de vermos mais, nós temos menos alertas.

Aqui, estamos mostrando o mapa do DETER de março e o de abril. E aqui estamos mostrando o período completo, de agosto até abril.

Por que estamos mostrando isso? Nesse período, nós tivemos 2.256 polígonos, numa média de 83 hectares, cujo maior polígono foi de 2.218 hectares.

Eu trouxe isso porque a mídia veiculou — um comentarista, na mídia — que o IBAMA estava detectando o desmatamento de 13 mil hectares no Estado do Pará, coisa que não é verdade.

Aqui, estamos mostrando por Estado, comparando agosto a abril no PRODES de agora com o PRODES de 2011-2012.

Ali, mostramos que, conforme todos os colegas já colocaram aqui, Mato Grosso e Pará puxaram o dado para baixo. O Acre não tem grande valor em números absolutos.

Aqui, mostramos que, somando esses períodos de agosto a abril do PRODES 2010-2011, 2011-2012, 2012-2013, ainda temos 15% acima. Então, isso significa que temos 15% a mais de desmatamento, como se veicula? Negativo. Temos 15% a mais de alertas.

Aí, eu faço um parêntese para lembrar quando o Dalton diz que não há proporção entre DETER e PRODES. Não existe. Estava eu como diretor em 2010-2011. Fechei o mês de julho. Deu 38% a mais o DETER em relação ao período passado.

A Ministra me chamou e disse: “*Olha, você está entregando o desmatamento com aumento?*” Eu falei: “*Não senhora, Ministra. Apesar de os alertas serem 38% a mais, lá no campo a gente está vendo que o desmatamento está reduzindo*”.

Dito e feito, apesar daqueles 38%, o desmatamento foi recorde. Caiu em número recorde.

Aqui, a gente mostra, nesse outro gráfico — quando todo mundo diz: “*Oh, o desmatamento está aumentando*” —, os acumulados. Em agosto deste ano, tivemos



um repique de 522 quilômetros; comparado a agosto do ano passado, 220% de aumento; realmente um repique. Agora, agosto e setembro, juntos, caiu para 92%. Agosto, setembro e outubro, caiu para 35%. E por aí vai: 37%, 40%, 38%, o que mostra que, do repique, os alertas de desmatamento voltaram a ter um comportamento quase linear, equilibrado, e com uma pequena tendência de queda em abril.

Então, não há que se falar em aumento do desmatamento. Nós tivemos um repique de desmatamento em agosto. Esse repique foi controlado. E estamos levando o desmatamento dentro de uma linha equilibrada, como os senhores estão vendo.

E aí, como os meus colegas já colocaram, o IBAMA chega à área e vai verificar aquele polígono. Chegando ao polígono, pode-se ter corte raso, pode-se ter degradação por exploração, por fogo, ou falso positivo, um espelho d'água.

Então, de 2.268 polígonos que nos foram repassados, nós fomos a campo em 1.217 polígonos. Isso é uma amostragem fantástica, um esforço fantástico do IBAMA de ir a esses polígonos. Desses polígonos fiscalizados, 65% são realmente corte raso; 10% falso positivo; 20% degradação por uso do fogo e 5% degradação por exploração florestal.

Só essa *pizza* mostra que esse DETER não é todo o desmatamento. Ele é uma porcentagem, olhando os 50% que a gente conseguiu verificar.

E aí, como colocado pelo meu colega Francisco, do Ministério do Meio Ambiente, a unidade de planejamento da fiscalização do IBAMA, o mapa de áreas críticas. Com esse mapa de áreas críticas, que os dados do INPE nos proporcionaram fazer no Centro de Monitoramento, nós conseguimos espacializar as ações do IBAMA de maneira a controlar 70% do desmatamento da Amazônia.

É óbvio que eu não vou ter aqui a empáfia de querer dizer que vou controlar 100% do desmatamento em 5 milhões de hectares. Mas aí nós criamos a nossa Operação Onda Verde. Ocupamos as áreas críticas que respondem hoje por 77% do desmatamento da Amazônia.

Inicialmente, nós colocamos seis bases da Onda Verde. Era uma aqui, uma aqui, outra aqui, havia mais uma aqui e mais duas aqui. Agora, olhem aqui o que aconteceu. Quando o desmatamento derivou, ele pulverizou para um lado e nós





pulverizamos as equipes. Da mesma forma aqui no Mato Grosso, pulverizamos as equipes, acompanhando o desmatamento.

Esse é o novo conceito da fiscalização ambiental do IBAMA na Amazônia. É um conceito de bases móveis, autônomas. Cada base dessas tem um efetivo do IBAMA, um efetivo da Força Nacional, um efetivo da Polícia Rodoviária Federal, um efetivo do CIPAM, comunicação própria, aeronave própria, viaturas próprias, autonomia. Essa operação roda 365 dias no ano.

Então, não há mais essa história de o desmatador entrar na folga de que o IBAMA vai embora. Essa operação roda 365 dias, dentro de um planejamento, feito com bastante antecedência pelo IBAMA.

Eu separei aqui, ouvindo as apresentações dos meus colegas, a colocação do Estado de Mato Grosso. Eu coloquei aqui o efetivo. Aliás, este é o primeiro local que estamos revelando o efetivo que está em campo hoje — eu não poderia deixar de fazê-lo nesta Casa de Leis —, nós nunca revelamos isso. O efetivo, hoje, no campo é o seguinte: 206 agentes do IBAMA; 55, do ICMBio; 58, da Força Nacional; a PRF acabou de sair, vai entrar de novo; 11, dos OEMAs, operando junto com o IBAMA, do Estado do Pará; e 31 da PM dos três Estados, Pará, Mato Grosso e Rondônia, que nos estão ajudando.

Eu faço essa parada aqui para chamar a atenção para a questão da cooperação. A Lei Complementar nº 140 diz que quem tem atribuição primária de fiscalizar é aquele que licencia. Então, hoje, a atividade primária da fiscalização é dos Estados. Portanto, os Estados têm que começar a participar e a assumir essa atribuição que a legislação lhes dá. E o IBAMA não se furtará disso, vai continuar a ajudar e a participar desse processo.

Eu paro aqui também, quando falo dos Estados, Srs. Parlamentares, para lembrar o seguinte: falamos aqui de desmatamento ilegal o tempo inteiro, mas ninguém falou do desmatamento legal. Por que não falamos do desmatamento legal? Porque os Estados não divulgam seus dados de desmatamento legal. Então, é preciso que divulguemos para a sociedade brasileira aqueles dados de licenciamento daquilo que estamos autorizando a desmatar, até para abater dos dados oficiais de desmatamento.



Nós devemos bater um recorde do PRODES, na casa de 5 mil quilômetros, por esses dias. E, nesses 5 mil quilômetros, há desmatamento legal autorizado. Nós não estamos aqui achando que não se pode desmatar. Pode, sim, desmatar a Amazônia! Desmata-se 20%. Então, onde está o legal autorizado?

Então eu conclamo esta Comissão para que cobre dos Estados a divulgação à sociedade brasileira dos desmatamentos autorizados, da mesma forma que o IBAMA divulgará os desmatamentos que ele autoriza para os empreendimentos do Programa de Aceleração do Crescimento. Aliás, já adiantando, nesse período do PRODES, nós autorizamos 20 quilômetros quadrados nos empreendimentos do Governo Federal na Amazônia.

Aqui, eu mostro o resultado das autuações do IBAMA no campo. Já aplicamos, de agosto do ano passado até abril deste ano, 1 bilhão e 584 milhões em multas e embargamos 213.805 hectares. Eu digo o seguinte: o auto de infração é muito alto, mas há uma série de instâncias, de recursos e ainda a via judicial. Ele hoje não é o grande instrumento de dissuasão do desmatamento ilegal; os grandes instrumentos começam nas áreas embargadas. Esses 213.805 quilômetros de áreas embargadas estão no *site* do IBAMA para a sociedade enxergar, para o mercado enxergar, para controlar o crédito dos desmatadores e para que o mercado possa decidir se vai transacionar ou não com o pessoal que está embargado nessas áreas.

Na outra parte da dissuasão, nós falamos da apreensão de bens — 118 tratores e 67 caminhões apreendidos — e, assim, mostramos que o foco está na floresta em pé. Nós não estamos atuando em serrarias, fazendo barreiras nas estradas, para tentar conter o desmatamento. A Operação Onda Verde foca a floresta em pé: 118 tratores flagrados, desmatando a Amazônia; 67 caminhões; 22 outros veículos como balsas, *skidders* e outros envolvidos em crime ambiental; 259 motosserras; 36 armas de fogo; 9.545 metros de madeira serrada e, pasmem, 65.739 metros cúbicos de madeira em tora.

Conseguimos fazer a maior parte dessas apreensões, agora, na época da chuva. Então, o pessoal que antigamente desmatava, fazia o corte seletivo, na época da safra, da seca, começou a operar na chuva, tentando se livrar da fiscalização do IBAMA, mas deu de cara com a Operação Onda Verde e teve seus bens e madeira apreendidos.



Aqui, fechando essa apresentação da fiscalização do IBAMA, nós apresentamos aos Srs. Parlamentares a nossa nova página dos embargos e dos autos de infração ambientais. Temos recebido diversas solicitações dos membros do Legislativo quanto a autos de infração e agora conseguimos colocar, numa página só, todos os embargos e todas as infrações ambientais, para a sociedade acessar a qualquer momento e tomar conhecimento, e com isso darmos transparência total às nossas ações.

Eu queria agradecer essa oportunidade, em nome da nossa instituição e no do Presidente Volney Zanardi, trazendo suas saudações a esta Comissão, e colocar toda a nossa equipe do IBAMA à disposição desta Comissão.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Penna) - Muito obrigado, Sr. Luciano de Meneses Evaristo.

Neste momento, eu desfaço esta Mesa e peço aos meus queridos companheiros para que recebamos os próximos palestrantes.

Quero convidar para tomarem assento à Mesa: Heron Davi dos Santos Martins, pesquisador do IMAZON — Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia; e Bruce Walker Nelson, Coordenador de Pesquisa em Ecologia e Pesquisador do INPA — Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia.

Neste instante, vou pedir ao meu querido amigo, Deputado Arnaldo Jordy, que me substitua por alguns minutos, coisa rápida.

Estiveram ou estão aqui presentes os Deputados Ricardo Tripoli, Alfredo Sirkis, Márcio Macêdo, Paulo Cesar Quartiero, Oziel Oliveira, Leonardo Monteiro e Arnaldo Jordy, que me substituirá por alguns minutos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Boa tarde a todos.

Dando continuidade à nossa audiência, passo a palavra ao Dr. Heron Davi dos Santos Martins, Pesquisador do IMAZON — Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônica —, para fazer as suas considerações.

O Dr. Heron dispõe de 15 minutos para fazer as suas considerações.

**O SR. HERON DAVI DOS SANTOS MARTINS** - Boa tarde! Primeiramente, eu queria saudar todas as autoridades, em nome do IMAZON, e agradecer o convite. Muito do que eu vou falar já foi colocado nas palestras anteriores, mas vou tentar trazer alguns dados novos para ajudar no debate.



*(Segue-se exibição de imagens.)*

O IMAZON tem um sistema chamado SAD — Sistema de Alerta de Desmatamento. Esse sistema tem como objetivos: primeiro, aumentar a transparência no setor florestal de agronegócio; segundo, dar suporte às ações das autoridades no combate ao desmatamento ilegal; terceiro, informar a sociedade sobre as ameaças à floresta.

Como foi dito em relação ao DETER, o SAD — que é semelhante ao DETER — também tem limitações, devido ao fato de utilizar imagens do MODIS, cuja resolução, ou seja, capacidade de detecção, é menor do que as imagens do Landsat. Dessa forma, temos também uma limitação em termos de detecção. Então, existe um limiar com o qual temos capacidade de detectar o desmatamento.

O IMAZON começou o seu projeto em 2006, ainda como um projeto-piloto no Estado do Mato Grosso; em 2008, ampliamos o projeto para toda a Amazônia; a partir de 2010, entramos em uma nova fase, que chamamos de SAD 3.0, que começou também a trazer informações sobre emissões de carbono da Amazônia. A partir de 2011, o nosso sistema sofreu uma evolução devido a uma parceria com o Google, em que ganhamos capacidade de processamento e também a possibilidade de ganhar escala além da Amazônia, exportar o nosso sistema para outras instituições, outros parceiros fora do Brasil que queiram monitorar o desmatamento na sua floresta, seja na Pan-Amazônia, seja em regiões do Oriente, seja em regiões da África que tenham florestas e que passem por problemas semelhantes aos que passamos no Brasil.

Bem, o SAD tem algumas características. Primeiramente, nós utilizamos imagens MODIS, cuja resolução, como foi dito, é de 250 metros. As imagens MODIS têm nove cenas que cobrem a Amazônia. Na nossa unidade de detecção, nós conseguimos chegar, através do nosso método, que é publicado e foi revisado por pares da comunidade científica, a 10 hectares. Nós perdemos em tamanho de área detectada, porém, ganhamos em frequência mensal.

Então, religiosamente, até no máximo no dia 20 de cada mês, nós lançamos à sociedade os dados de desmatamento da Amazônia do mês anterior. Assim, todo mês, nós temos informações novas sobre a questão do desmatamento na região da Amazônia.



O nosso método é feito de forma semiautomática. Então, nós utilizamos uma composição de cerca de 20 imagens de cada mês. E essa composição faz o quê? Que diminua a quantidade de nuvens, porque pegamos somente as melhores áreas de cada imagem para fazer essa composição, tentando evitar as nuvens. Infelizmente, na Amazônia, a cobertura é muito alta, o que dificulta o monitoramento.

Após essa detecção automática, utilizamos um sistema no qual um intérprete, um técnico, vai olhar cada polígono detectado automaticamente e vai validá-lo, com base em imagens de apoio, em imagens de melhor resolução que possuímos. Com base nessa validação, ele consegue olhar cada polígono e compará-lo com as imagens auxiliares, para poder confirmar ou não aquele dado.

Aqui é uma tela que mostra o sistema automático. Aqueles pontos em vermelho são dados de desmatamento. Nós excluimos polígonos de apenas um *pixel*, que são estes menores próximos à borda, pegamos somente aqueles maiores e que são confirmados com base em imagens de satélite de melhor resolução.

Tudo que é produzido pelo IMAZON, em termos de desmatamento, é publicado tanto no seu *site* quanto no portal que chamamos IMAZONGEO. Desde 2008, nós já temos cerca de 60 edições do Transparência Florestal, que é um boletim em que saem os dados do desmatamento.

Além de monitorar o desmatamento, nós qualificamos os técnicos das Prefeituras, para que eles tenham capacidade de usar essa informação. E como é feito isso? Isso é feito através de parceria, no Estado do Pará, com o PMV, que é o Programa Municípios Verdes. O PMV indica o Município que o IMAZON vai qualificar; um técnico é levado até Belém; o IMAZON, a partir de recursos próprios, traz o técnico a Belém, paga as despesas em relação ao treinamento, e dá essa qualificação para que o técnico entenda o dado que está recebendo e possa ir a campo fazer esse processo de validação.

Quando o técnico retorna a seu Município, ele vai receber o dado de desmatamento. Ele recebe o dado de desmatamento do PMV, o IMAZON passa seu dado. Antes de publicar na mídia, o IMAZON passa seu dado de desmatamento diretamente para o PMV, para a SEMA Estadual e para o INCRA — um outro ator chave que eu acho que deveria estar presente também nessa discussão. Ele entrou agora no Programa Municípios Verdes no Pará e está com um programa de



assentamento sustentável, e acho que também seria interessante a participação dele nessa discussão. Nós também repassamos mensalmente para o IBAMA o nosso dado de desmatamento.

Bem, esse dado é repassado ao PMV, que o passa aos Municípios, e o técnico que foi treinado para identificar o desmatamento e para utilizar o GPS vai a campo, identifica ou não aquele desmatamento. E o técnico reporta para quem? Para o PMV. Depois, o PMV e o Governo do Estado nos repassam os acertos.

Nós já treinamos cerca de 45 Municípios; mais de 90 técnicos já foram treinados no âmbito do PMV. Esse processo gera uma facilidade muito grande e uma rapidez, para termos esse retorno da informação. Desde o início desse processo de verificação de campo, nós temos reportado pelo Governo do Estado que 80% do desmatamento que indicamos foram realmente confirmados, cerca de 20% não foram confirmados, ou porque é um erro, ou um espelho de água, ou um problema nesse sentido, ou então porque foi impossível chegar ao ponto, devido às distâncias dentro do Município, às dificuldades de acesso, à estrada.

Bem, esse mapa aqui mostra a nossa detecção, de agosto de 2012 a março de 2013. É bem claro e bem possível verificar que o desmatamento está concentrado em algumas regiões da Amazônia. Esse desmatamento tem uma geografia, em cada região existe uma explicação, existe uma motivação para isso acontecer. Nesse período, nós tivemos uma área estimada em 1.430 quilômetros quadrados.

Aqui, é importante deixar bem claro que nós não comparamos o nosso dado com o do PRODES, nem tentamos fazer uma projeção. É muito comum um repórter chegar e dizer: *“Olha, vocês verificaram um aumento do desmatamento”*. Nós verificamos um aumento do desmatamento em relação aos nossos próprios dados de períodos anteriores. E aí eles perguntam: *“É possível dizer que o dado final do PRODES”* — que é o dado que utilizamos e fazemos as análises como dado definitivo do valor de contabilização de desmatamento — *“vai aumentar?”* Em todas as entrevistas e em todos os fóruns de que participamos, nós dissemos que isso não é possível. Nós falamos que houve um aumento ou diminuição, em relação ao nosso próprio dado.



Bem, como também foi dito, existe uma variação muito grande, ao longo do ano. Aqui eu tenho um gráfico que vai de agosto a julho, em 2 anos de detecção do SAD; de agosto de 2011 a julho de 2012 e de agosto de 2012 a março de 2013. Vocês podem verificar que ao longo do ano existe uma variação muito grande, e por quê? Em grande parte, isso é devido à concentração de nuvens. Normalmente nos meses de agosto, setembro e outubro, há realmente uma detecção muito maior. Por quê? Porque é um período em que, natural e tradicionalmente, desmata-se mais na Região Amazônica. Depois há uma tendência, em novembro, dezembro e janeiro, de diminuição do desmatamento. Isso historicamente acontece. Depois, quando volta julho, há uma tendência novamente de esses números aumentarem.

Esse outro gráfico aqui mostra o acumulado. Como já foi dito, de agosto até outubro, nós tivemos um repique muito grande de desmatamento, em relação ao mesmo período do ano passado do SAD. Isso também nós verificamos. Depois, veio a ter uma certa estabilização, esse aumento não foi tão grande, mas veio aumentando ao longo do tempo até o nosso último dado de março. E já estamos passando muito além do que foi detectado no mesmo período do calendário anterior.

Aqui, eu mostro que, em março do ano passado, detectamos 771 quilômetros quadrados acumulados no período, e já estamos com 1.430 quilômetros quadrados. Esses valores, em nenhum momento, estão prevendo o que o PRODES vai detectar. Até porque provavelmente eles estão muito abaixo do que o PRODES vai detectar, justamente porque ele tem uma detecção muito mais refinada que o SAD. Então, isso é um alerta, é uma ameaça. O objetivo do SAD é alertar possíveis tendências.

Ao longo dos anos, desde 2008, tomando por base os dados acumulados anuais, verificamos que em apenas um ano o SAD realmente não seguiu a tendência do PRODES. Mas esse não é o objetivo do SAD. O objetivo do SAD é, dentro daquele período daquele ano, alertar e servir de informação estratégica para combater o desmatamento no Município e no Estado.

Se fizermos um *ranking* dos Municípios críticos, segundo dados do SAD, com todas as limitações que já apresentamos, desde agosto até março, que é o nosso último dado, vamos identificar esse conjunto de Municípios que se concentram



basicamente no Pará, no Mato Grosso, em Rondônia e também já começa a avançar para o Amazonas.

Como também foi dito anteriormente, se verificarmos ao longo do tempo, perceberemos que existe um avanço daquele famoso arco do desmatamento. A região da BR-163, hoje, vem concentrando grande parte dessa área desmatada, e os dados vêm comprovando isso. Tanto é que hoje três dos Municípios estão entre os dez que mais desmataram nesse período, entre os quais estão Novo Progresso e Altamira. Então, eles vêm demonstrando que ali é uma área problema.

Aqui, temos a lista dos dez Municípios que representaram 44% — quase 50% — de todo o desmatamento nesse período. Se agirmos de forma estratégica nesses Municípios, conseguiremos uma diminuição considerável do desmatamento ou evitaremos que esse desmatamento aumente.

A ideia do dado mensal não é contabilizar desmatamento, mas que, o mais rápido possível, possa ir a campo para que aquele desmatamento não evolua. Se ele é uma degradação, que não evolua para um desmatamento; se ele é um desmatamento inicial, que a sua área não seja ampliada.

Bem, só que não podemos pensar apenas em termos de Municípios. Nós também temos áreas protegidas, um investimento da sociedade para criar essas unidades, a fim de que essas unidades cumpram o seu objetivo, qual seja a proteção do recurso natural e a proteção também do modo de vida daquela população que sobrevive naquela área.

Se eu fizer um *ranking*, em termos de área protegida, em primeiro lugar, nesse período de agosto de 2012 até março de 2013, eu vou ter lá no topo a FLONA do Jamanxim. O Dr. Daniel citou a FLONA do Jamanxim na sua fala, e realmente, nesse período, foi onde mais se detectou ameaça de desmatamento. E ela está passando por um processo, uma discussão de diminuição da sua área.

Se observarmos também a concentração de unidades de conservação ameaçadas, veremos que justamente elas estão próximas àquela região que eu falei que é problema, a BR-163. Essa região, devido à construção de duas hidroelétricas no Tapajós, teve a diminuição de cerca de cinco unidades de conservação. A diminuição de área foi tanto pela hidroelétrica quanto pela ocupação irregular de pessoas, ou seja, foi diminuída a área, para regularizar essa ocupação.





Então, se essas unidades de conservação forem diminuídas, vão-se abrir novas áreas para um processo que pode ser de desmatamento. Um exemplo é a FLONA de Altamira, que está em quarto lugar ali nos nossos dados, no nosso *ranking*.

A FLONA de Altamira não passou por um processo de diminuição; ela passou por um processo de redefinição da sua área. Segundo o IBAMA, quando foi criada, houve um erro e depois foi necessário, num plano de manejo, redefinir. Justamente na área redefinida, nós detectamos uma grande concentração de desmatamento. Então na faixa que, até o plano de manejo, era unidade de conservação e, depois do plano de manejo, deixou de ser unidade de conservação, houve aumento de desmatamento. Então, isso é perigoso. Além disso, o clima de diminuição em unidade de conservação na região vai aumentar aquela ânsia ou buscar diminuição em outras áreas. Então, temos que atentar para isso também.

Em termos de assentamentos, esse mapa mostra os dez assentamentos que mais desmataram na Amazônia. Os assentamentos são responsáveis, nesse período a que estou me referindo, a 22% de todo o desmatamento da Amazônia. Então, todo o desmatamento na Amazônia, ocorrido entre agosto de 2012 e março de 2013, representou 22%. E o INCRA é fundamental para a discussão de como trabalhar a diminuição de desmatamento nos assentamentos. Não tem como excluir o INCRA dessa conversa.

Eu levantei aqui rapidamente quais seriam as prováveis causas desse processo, com base na discussão com parceiros, outras entidades, outros pesquisadores do IMAZON. Uma delas seria o aumento do preço de produtos agrícolas. Nós vimos que isso aconteceu, só que não é necessariamente uma causa, até porque, como foi dito, já se provou que é possível continuar a aumentar a produção sem que haja desmatamento. Paragominas é um grande exemplo disso. Nós do IMAZON participamos desde o início do Programa Municípios Verdes, em Paragominas. O IMAZON treinou os técnicos de Paragominas para fiscalizarem o desmatamento, para checarem o desmatamento, para reportarem esse desmatamento para a SEMA. Enfim, o IMAZON participou de todo esse processo.

A mudança do Código Florestal criou também um clima em que as pessoas achavam que a impunidade iria aumentar. É importante que haja um processo de



informação também dentro da Amazônia, para que esse clima de uma possível impunidade não ocorra. Então, é importante informar o que realmente mudou no Código e que isso não gerou impunidade.

Obras de infraestrutura também são outra provável causa. Como eu citei há pouco, nós temos uma previsão de construção já autorizada de duas hidroelétricas e mais três previstas, todas no Rio Tapajós. Essas duas, como já falei, foram responsáveis pela diminuição de cinco áreas protegidas; e as próximas três têm potencial de diminuir mais áreas protegidas. Então, é importante atentar para que, sim, sejam feitas as obras de infraestrutura, entretanto, que elas venham com um conjunto de ações para que mude o processo de ocupação dessas áreas. Outro exemplo é o próprio asfaltamento da BR-163. A atração populacional para essa região é muito grande. Os relatos que nós temos são de que a atração populacional é muito grande, e isso também gera pressão sobre a floresta. Então, é importante que o Plano BR-163 Sustentável seja colocado em prática. Existem outras ações, mas é necessário que sejam intensificadas as ações do Plano BR-163 Sustentável.

E a última provável causa é a diminuição de áreas protegidas, como citei há pouco.

Concluo minha apresentação e agradeço aos senhores a atenção.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Muito obrigado, Sr. Heron, pelas informações do IMAZON que nos trouxe na sua exposição.

Antes de passar a palavra ao nosso próximo expositor, quero convidar o titular desta Presidência, o Deputado Penna, a assumir o seu posto. *(Pausa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Penna) - Então vamos ouvi-lo, Sr. Bruce Walker Nelson.

**O SR. BRUCE WALKER NELSON** - Obrigado, Deputado Penna. Demais Deputados, colegas e autoridades, eu vou ser breve, até porque trago um tema um pouco complementar, e queremos todos, eu acho, voltar ao assunto principal.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

O tema é a modelagem do desmatamento futuro na Amazônia, que também contribui para diminuir o desmatamento — é uma das ferramentas que ajudam a diminuir e controlar o desmatamento.



Sabendo que talvez teria pouco tempo, eu já passei direto para as conclusões no segundo eslaide. Mas eu vou além das conclusões, pelo menos os senhores vão ouvi-las. Há três conclusões importantes aqui agrupadas.

Para todos os modelos de previsão de desmatamento, são essenciais, absolutamente essenciais, os dados anuais do PRODES. Todos são alimentados por eles, porque o PRODES nos informa quando ocorreu o desmatamento, onde ocorreu, de que tamanho foi esse desmatamento. A partir dos mapas do PRODES, é possível inferir também como ocorreu o desmatamento e como é o cerne da modelagem do desmatamento.

O que a modelagem do desmatamento traz para o planejamento, para tentar controlar e diminuir o desmatamento? Permite que se faça — não sei uma boa tradução — o *gaming*. Através da manipulação das variáveis, isolam-se efeitos de um só fator, uma só variável. Várias pessoas já tentaram entender isso. Há trabalhos publicados, teses defendidas tentando isolar o efeito do novo Código Florestal, de Unidades de Conservação, do Linhão Tucuruí-Manaus. Foi entregue, hoje de madrugada, essa tese no INPA. Hidrelétricas e, quem sabe, com o próprio efeito PRODES, um dia talvez cheguemos ao ponto de poder modelar o efeito do Dalton e aposentar.

Também todos os modelos evidenciam a deficiência do escopo geográfico dos estudos de impacto ambiental. O escopo é muito limitado, enquanto os seus efeitos têm um longo alcance geográfico.

Os modelos vêm sendo aprimorados também. Vou mencionar agora, nos próximos eslaides, alguns dos aprimoramentos dos modelos para que sejam mais confiáveis.

O primeiro não sei se é bem o modelo de desmatamento. A primeira estimativa que foi debatida na literatura, em 1985, que seria legítima, faz esse tipo de extrapolação que está tracejada em vermelho ali. Caiu na imprensa que Rondônia estaria totalmente desmatada até o ano 2000, com base nesse tipo de extrapolação. Isso é baseado nos primeiros esforços do INPE. O Tardin, colega aposentado do INPE, foi quem analisou as imagens Landsat MSS em 1975, 1978, 1980 e 1985.



O estado da arte, 15 anos depois, foi esse *paper* controverso do William Laurance e colegas, baseados na tendência histórica que já vimos nesse gráfico do PRODES e também nos planos de infraestrutura do Avanço Brasil. Na sua versão mais pessimista — eram duas previsões —, até o ano de 2020 haveria uma situação como essa à direita, com apenas essas áreas em amarelo e cinza como florestas remanescentes. Mas não incluía, ou não previa, essa queda do desmatamento a partir do ano de 2004. Também estimulou fortes reações acadêmicas e políticas esse *paper*. Teve, quem sabe, por via indireta, algum papel provocando parte dessa queda no desmatamento.

Já vimos o que está neste eslaide, então não preciso repetir.

O PRODES não só traz o desmatamento total, mas também por Estado — não só por Estado, por cena Landsat. A célula menor seria a cena Landsat, que é uma área de aproximadamente, descontadas as sobreposições, 28 mil quilômetros quadrados. Está aí. Cada cena Landsat é a menor unidade de resolução. Como vimos, o PRODES nos traz, todo ano, a tendência de aumento ou de diminuição do desmatamento, assim permitindo identificar os *hot spots* de ação do desmatamento, como Lábrea, Boca do Acre e, possivelmente, a área de pavimentação da BR-163.

Então, o que nós estamos tendo, que é o essencial do PRODES, é quanto, onde e quando ocorreu desmatamento, nessa escala fina de resolução.

Isso permite, então, a melhora — não vou explicar esse modelo de desmatamento, a preditiva do desmatamento —, permite alimentar modelos mais sofisticados com “quanto”, “quando” e “onde”. A partir disso, inferir também “como”. Esse é um modelo que foi usado no INPA até o ano de 2010. Hoje está mais aprimorado, mas é baseado num outro, criado por Britaldo Soares Filho, da UFMG. E há modeladores também no INPE. Usaram, por exemplo, o CLUE-S no INPE.

Vemos no próximo eslaide o estado da arte, em 2012. De novo, não vou explicar, mas os senhores podem ver que há muitos elementos e algumas inovações. Eu acho que são sete inovações nesse último modelo do INPA.

Então, vemos um exemplo de aplicação dessa modelagem para avaliar a efetividade de tomada de decisão de política pública, que é a criação de todas essas novas Unidades de Conservação na área de influência da BR-319, para impedir ou diminuir o desmatamento que ocorreria em função da sua pavimentação.



Neste eslaide vemos a situação da maior parte da estrada atualmente, pelo menos as partes não asfaltadas. Mas está sendo asfaltada, faltando o licenciamento para um trecho de apenas 400 quilômetros. Então, presumindo que seja asfaltada, mas sem a implantação de novas Unidades de Conservação, a previsão até 2049, isolando-se só o efeito das Unidades de Conservação, é essa situação que vemos à esquerda, o vermelho sendo o desmatamento. Se implementarmos as novas Unidades de Conservação propostas como ações mitigadoras, haveria menos desmatamento, como se vê ao lado direito. A área vermelha é bem menor.

Em termos de emissão de carbono, a situação, sem as novas Unidades de Conservação, é a linha azul. E a linha vermelha, com as novas Unidades de Conservação, fixando-se todas as outras variáveis, ou seja, em ambos os casos, a BR-319 é reconstruída, pavimentada. Usou-se a mesma tendência histórica para treinar as taxas de desmatamento nas duas áreas. As Unidades de Conservação têm a mesma capacidade de frear o desmatamento nos dois cenários.

Finalmente, neste eslaide, vemos os aprimoramentos. Os modelos estão sendo aprimorados. Uma das melhorias é tratar as Unidades de Conservação não totalmente blindadas contra o desmatamento. Dependendo do tipo de Unidade de Conservação, ocorre, sim, desmatamento.

Vemos três Unidades de Conservação com zonas-tampão em torno delas. Mais abaixo, há bastante desmatamento dentro delas. Então, há uma forma de se medir a eficiência das Unidades de Conservação, que é essa fração ali em cima, relacionando a área desmatada no entorno com a área desmatada interna.

Então, voltando às conclusões — eu disse que seria breve —, eu queria deixar com os senhores essas três mensagens. Lembro, primeiro, a importância do INPE-PRODES para fazer a modelagem, sem o que isso seria impossível, e o valor da própria modelagem, que permite esse *gaming* para isolar efeitos de diferentes políticas do Governo. Dei um exemplo ali do efeito da criação das novas Unidades de Conservação ao longo da BR-319.

Em relação a alguns aprimoramentos, mencionei as Unidades de Conservação como sendo porosas, com porosidade contra o desmatamento, mas houve outras. Houve a inclusão da heterogeneidade biofísica e socioeconômica da



Amazônia, regionalizando os modelos. Os modelos, na verdade, são uma coletânea de pequenos modelos regionais.

Também há outro que eu não mencionei ainda, que é um desafio grande: entender o comportamento do chamado vazamento. O vazamento é quando se cria uma Unidade de Conservação, há uma pressão para desmatar, e ele é desviado, vaza para outra região. Nos modelos de 10 anos atrás, esse vazamento era cem por cento eficiente. A Unidade de Conservação não diminuía o desmatamento geral na Amazônia, sempre vazava para algum lugar. Mas isso também não é realista. Há lugares que são difíceis de chegar, e o vazamento tem que ser flexível, em função da capacidade de a floresta chegar a outros lugares.

Este aqui é o último eslaide. Eu o coloquei só para lembrar que contribui para o melhor planejamento e controle do desmatamento o monitoramento anual do PRODES, também os alertas em tempo real do DETER e da SAD, e o *gaming*, que pode ser feito com os modelos preditivos de desmatamento futuro.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Penna) - Muito obrigado, querido amigo.

Eu acho que nós temos que nos animar diante dos depoimentos dos senhores, mas temos que afirmar que o desmatamento continua. Como meta, temos que trabalhar duramente para que tenhamos a possibilidade de manter esse bioma tão importante para o mundo e para nós.

Causa-me certa insegurança quando vejo a dificuldade enorme de se fazer o planejamento ecológico-econômico. Alguns Estados, como o do Pará, pela eficiência do Deputado Arnaldo Jordy, já fez pelo menos um croqui importante. Não é possível, nós temos terra bastante para a agricultura, diferente de centenas de outros países que não têm a menor condição. Então, o nosso desafio é tecnológico, é a ciência que tem que nos trazer uma maneira de produzir sem impactar negativamente a nossa agricultura.

Eu gostei muito da proposta dessa Comissão Externa. Eu e os Deputados Ricardo Tripoli e Arnaldo Jordy vamos trabalhar para arrancar essa Comissão Externa, porque eu sei que, embora o gesto de trazer aqui os senhores seja animador, a presença física dos Deputados onde houve avanços ajuda bastante.



Depois podemos trazer de volta para o conjunto dos nossos Parlamentares uma visão esperançosa, diferente da que temos.

Andei muito pela Amazônia, na época da minha militância pela causa dos índios, mas também na fase do cinema. Não sei por que cineasta brasileiro gosta de filmar em floresta, e eu tive que ir lá várias vezes. Tive alguns entrevistos lá. Já que eu estava lá — sempre fiz política —, eu fazia cinema. O projeto de colonização do INCRA, especialmente em Rondônia, era de uma precariedade monstruosa. Tivemos várias alterações, porque eu achava que se deveria acompanhar o caminho tradicional do transporte, que eram os rios, uma vez que as estradas eram absolutamente temporárias, não havia escoamento de produção por causa disso, o lote às vezes não tinha condição. Eu acho que precisamos pensar todo o tempo na Amazônia e na população que lá vive. Eles têm uma importância fundamental.

Eu fico lembrando isso para relaxar, porque virão perguntas. Eu lembro muito que falávamos: *“Isso é assim, é assado”*. A Amazônia me lembra aquela já clássica história do Zezé Moreira com o Garrincha. *“Você pega, dribla para cá, dribla para lá. Mas o senhor já falou isso para os alemães aí?”*

Vemos os ribeirinhos e os índios preocupados para que não aconteça a obra da usina de Belo Monte, que é um impacto dolorido para aquelas culturas que fazem parte da Bacia do Xingu.

A democracia promove o direito de todos falarem. Recentemente, os índios estiveram aqui no Congresso e surpreenderam alguns Deputados, que saíram correndo a galope. *(Riso.)*

Estão inscritos os Deputados Ricardo Tripoli e Arnaldo Jordy para as perguntas.

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - Sr. Presidente, Deputado Penna, primeiro quero cumprimentá-lo pela condução dos trabalhos e por esta iniciativa fundamental para a nossa Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Estamos debatendo um tema que, há muitos anos, deixa a todos nós brasileiros extremamente preocupados com essas notícias. Eu, sinceramente, digo que continuo ainda sem um conhecimento científico, sem uma base científica, sem uma plataforma que possa induzir políticas públicas que consigam resolver esta questão.



Primeiro, vi nas exposições feitas aqui que cada um utiliza uma régua. O INPE utiliza o satélite Landsat, parece-me que trabalha com uma prospecção de 20 metros a 30 metros. A imagem apresentada pelo IBAMA, salvo engano, como vimos aqui, é de calor, não é uma imagem física, para saber onde há ou não desmatamento. Enfim, cada um tem sua metodologia, seu estilo de trabalhar.

Acho que seria importante as instituições conversarem mais, para que tivéssemos não uma unidade, mas que os itens convergissem a fim de que não acontecesse o que ocorre hoje com a mídia. O Governo insiste nessa questão de que houve diminuição do desmatamento. Cada vez que eles falam em diminuição do desmatamento eu fico arrepiado, porque, com certeza, centenas, senão milhares de campos de futebol estão sendo absorvidos por essa supressão de vegetação em algum lugar do Brasil. Essa é a primeira dúvida que eu tenho.

Quanto ao satélite Landsat — cujo trabalho eu conheci há 14 anos — não sei de quanto em quanto tempo ele passa por cima da Amazônia, se é de 3 em 3 dias, de 4 em 4 dias, porque, além da questão das nuvens, há também a periodicidade com que ele passa, e é preciso saber se ele está ou não captando as imagens.

Outra coisa me chamou a atenção. Entre os membros que fazem a fiscalização, o IBAMA informa que nós temos 58 agentes da Força Nacional. A Floresta Amazônia é questão de segurança nacional. É inaceitável que nós tenhamos um volume enorme de brasileiros servindo o Exército, a Aeronáutica e a Marinha, e não tenhamos número razoável de pessoas que possam dar suporte ao IBAMA, ao Ministério Público, ao Ministério do Meio Ambiente e às Secretarias de Estado no combate duro à repressão. O científico, não. Eu acho que aí é outra questão que se deve buscar. Eu simpatizo muito, na questão logística, no fato de como trabalhar essa questão, com a tese do Ministério Público, que é o entrosamento do Município, do Estado, e buscar a sociedade civil como um todo.

Outra coisa me chamou a atenção — e aí é uma questão eu diria de ordem até de estudos de muitos anos —: nós temos uma equação que não consegue ser fechada no Brasil. Trata-se das florestas protegidas, das terras indígenas, dos assentamentos e, por último, das propriedades privadas que são áreas de produção, seja ela em pequena escala, seja ela em grande escala. Enfim, essa é uma equação que nós tínhamos que fechar, e nunca fechamos.





E eu acho que o grande problema — e isso não depende do Legislativo, embora se queira uma legislação talvez um pouco mais eficiente, mas acho que a legislação nós temos para isso — é a chamada regularização fundiária, que não se faz no Brasil. Os índios vieram aqui única e exclusivamente por conta disso, da regularização fundiária.

Eu me recordo que numa reunião da Comissão de Constituição e Justiça se saiu com essa história de que seria importante que se transferisse para o Legislativo a regularização das terras indígenas. Imaginando o que aconteceu aqui no Código Florestal, imaginem os senhores o que aconteceria se o Legislativo resolvesse demarcar terra indígena. Provavelmente, o Brasil teria demarcado ou dentro da área de mar ou então em outro território que não fosse o brasileiro, porque os ruralistas aqui não podem ver índio na frente, eles têm ódio de índio. Isso é uma coisa muito clara, endêmica. É interessante, isso ficou na cultura dessas pessoas que não conseguem conviver com o povo indígena, como se eles não estivessem estado aqui antes de nós, muito tempo atrás. Dá para haver uma convivência pacífica. Eu não estou aqui fazendo nenhum tipo de colocação que possa extirpar o setor produtivo. Muito pelo contrário, é a convivência mútua. Agora, para que isso ocorra, nós temos que ter uma conversa de igual para igual. E nós temos hoje uma conversa no Congresso Nacional muito desigual. O Congresso Nacional está muito distante dessas questões que a população aí fora vive.

Em relação ao Código Florestal, a pesquisa feita mostrou que 87% das pessoas não queriam a reforma dele nos moldes que foram realizados aqui pelo Congresso. Mesmo assim, o Congresso resolveu modificá-lo da maneira como alguns aqui entendiam.

Então, primeiro aspecto, eu acho que nesse caso cabe a questão da regularização fundiária; segundo aspecto, não se faz nada sem dinheiro em lugar nenhum do mundo, e meio ambiente não tem recurso. Sei disso porque já fui seu colega em São Paulo, como Secretário. O penúltimo item da peça orçamentária é meio ambiente, o último é cultura. Como há a Lei Rouanet eles se salvam. Para meio ambiente não há Lei Rouanet, não há nada semelhante. Nós não temos recursos.



Dessa forma, primeiro, quando a Presidência da República mandasse para cá a peça orçamentária, que viesse especificado o devido valor para a questão ambiental. Segundo, uma coisa que não se cobra no País são os passivos ambientais. Quando os passivos ambientais entram, eles acabam indo para o Ministério da Fazenda. Aí são diluídos por um monte de coisas, e o único lugar para onde não vai esse recurso é para a área ambiental. Seria importante que nós começássemos a cobrar isso. Eu vi ali o total das multas apresentadas pelo IBAMA: 1,5 bilhão de reais. Eu aposto, e tenho certeza de que não vou perder, com o Presidente Penna e com o Deputado Jordy que nem 5% desse valor foi recolhido aos cofres públicos. A PETROBRAS, então, é useira e vezeira em não pagar multa. Quando sai no jornal *"PETROBRAS multada em 80 milhões"*, no dia seguinte ela entra com recurso administrativo. Aí empurram com a barriga 2, 3 anos, vão para o Judiciário.

Se nós formos levantar, no Judiciário — e eu já fiz isso —, quantas ações há hoje demandadas contra a PETROBRAS porque ela não pagou os passivos ambientais... E não se admirem os senhores, que também vai ocorrer a mesma coisa com essas usinas que estão sendo construídas.

Aliás, Sr. Presidente, quero lembrar que ontem fui informado que Angra 3 será patrocinada com recurso da Caixa Econômica Federal. Então, além de casas populares, do Minha Casa, Minha Vida, o povo pode contar também com Angra 3, financiado pela Caixa Econômica Federal. Mas, como a reunião da Comissão de Meio Ambiente será realizada amanhã, vamos discutir essa tese amanhã.

Quero agradecer a cada um dos senhores a gentileza de participar desta reunião. Eu acho que colaboraram bastante para a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Da mesma forma, como disse o Presidente da Comissão, gostaria de integrar a Comissão que será formada para poder, obviamente, acompanhar o desmatamento na Amazônia.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Penna) - Deputado Ricardo Tripoli, depois de saber da quantidade enorme de agentes da Guarda Nacional que prestam serviço, acho que todos foram conosco lá, aos guaranis-kaiowás.

Concedo a palavra ao Deputado Arnaldo Jordy.



**O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY** - Boa tarde a todos e a todas.

Sr. Presidente, Deputado Penna, cumprimento V.Exa. pela condução e iniciativa desse debate, sempre, cada vez mais, necessário entre nós. Estamos discutindo aqui. Quero parabenizar todos nossos palestrantes, expositores aqui. Todos enriqueceram o debate de forma extraordinária, com uma gama de informações atualizadas e com os métodos e as formas como está sendo investigada essa questão do desmatamento, muito cara para todos nós.

Mas quero pontuar essa questão. Na verdade, eu me associo ao Deputado Ricardo Tripoli e a todos aqueles que aqui levantaram a questão de que precisamos ter, na verdade, um desenho que possa representar uma mudança de modelo de política de desenvolvimento para a Amazônia. Isso tem várias faces. É multifacetada essa questão, e precisamos encará-la como tal.

Sem a mudança do modelo de desenvolvimento, e se não estimarmos quanto custa e quem paga essa mudança de modelo, quanto a União está disposta a fazê-lo, eu acho que saímos muito animados, como de outras vezes, com muitas expectativas para além da animação momentânea e, logo em seguida, com a certeza do desencanto e da frustração.

Nós estamos falando de uma região na qual há 25 milhões de brasileiros, quase 60% do território nacional; as maiores vantagens comparativas em relação a ativos nessa economia do mundo globalizado, como água, biodiversidade, floresta, etc., uma responsabilidade imensa e uma participação de menos de 8% do PIB, que é o sétimo PIB do planeta. Aí já está a denúncia flagrante da contradição, da desimportância que isso representa.

A Amazônia, hoje, em certo modo, pode amplificar e puxar a ampliação do PIB brasileiro, diante dos ativos e do vislumbre de um cenário da construção de uma nova economia no mundo, superadora da economia de matriz industrial que prevaleceu até agora. Parece que nós estamos absolutamente divorciados disso, dessas expectativas, desses novos cenários.

Um problema foi levantado aqui pelo Deputado Ricardo Tripoli: a questão da estrutura fundiária. Isto representa talvez um terço da nossa confusão, por conta dos processos de intervenção autoritários no período do regime militar, do Decreto-Lei nº 1.164, e de tantos outros instrumentos que prevalecem até hoje, das chamadas



terras de Marinha e de coisas do tipo, de 1831, ainda na Câmara portuguesa, da época do Brasil Colônia, e ainda estão, como institutos jurídicos, regulando as relações na Amazônia até hoje, e boa parte da titularidade ou do domínio dessas terras não se sabe quem tem. Esse modelo é perverso, é criminoso, é obsceno.

Eu quero aproveitar a presença do Dr. Daniel, do Ministério Público, e em seu nome cumprimentar todos aqueles que, por meio do Ministério Público e da Justiça Federal, agora, recentemente, numa ação que vem desde 1996, tentam impedir a grilagem de 7 milhões de hectares de terras na Amazônia, reivindicados por Cecílio do Rego Almeida. Trata-se do maior processo de grilagem de terras da história do Brasil. Por provocação do Ministério Público Federal e decisão de um juiz corajoso, o Juiz Hugo da Gama Filho, conseguiram impedir esse crime.

Sete milhões de hectares equivalem a 4 milhões de campos de futebol, área estimada no valor de 35 bilhões de reais, que se arrasta desde 96, e agora, no mês passado, salvo engano — o Dr. Daniel pode me corrigir se eu estiver errado —, finalmente esta novela foi praticamente concluída nos tribunais, o que envolveu cartório, juiz, todo mundo. O Estado brasileiro foi envolvido nisso.

Para se ter ideia, em pleno século XXI, em pleno ano de 2013, é que se termina um processo como este, de fraude fundiária. Municípios inteiros da chamada terra do meio, que foi aqui mostrada, dentro dessa área reivindicada por um cidadão esperto que veio do Sul do País, foi para lá e quase se deu bem.

Este é um problema que nos leva a fazer um processo de desintervenção da União na Amazônia, que, infelizmente, apesar dos discursos, até hoje se mantém praticamente intacta.

A outra questão é que este modelo agroexportador primário não tem como avançar de forma estrutural, em se tratando do desmatamento. É muito difícil convencer um cidadão que vive dentro do mato, um cidadão que praticamente não tem o Estado presente na sua vida, a dizer que há uma única coisa da qual ele pode auferir alguma vantagem econômica, mas ele não tem compreensão disso, porque hoje a floresta em pé vale infinitamente mais, e ele não tem essa noção. Então, enquanto não se discutir seriamente, inclusive, quanto custa a mudança deste arranjo produtivo, nós vamos ficar chovendo no molhado.



Nós precisamos discutir quais são as vocações produtivas, as estruturas, as cadeias produtivas vocacionais que podem ser financiadas e estimuladas em alternativa ao desmatamento. Hoje, há mecanismos extraordinários para fazer isso. Mas o Estado não consegue promover isso porque há uma carência de, a que o Deputado Tripoli se referiu, de agentes — 15 agentes do IBAMA.

Esses agentes do IBAMA, na grande maioria, são heróis nacionais, fazem milagre. Mas é ridículo este dado, é vergonhoso este dado: o Pará, um Estado com 1 milhão 252 mil quilômetros quadrados, ter 15 agentes do IBAMA. Isso é brincadeira. Falou-se aqui do INCRA. No Estado do Pará, o INCRA é uma brincadeira. Na maioria das vezes, mais atrapalha do que ajuda.

Outro item: nós precisamos mudar esse desenho do modelo agroexportador primário. Precisamos discutir quanto custa a mudança desse modelo econômico, quem paga, que financia.

Terceiro aspecto: a presença de um choque de Estado. É impossível pensar em mudança, em combate ao desmatamento do jeito que está aí. Isso é brincadeira, isso não é sério.

Por favor, não estou aqui querendo atingir nenhuma instituição, nenhum governo, nem nada, estou falando de maneira geral. Todos temos alguma responsabilidade nisso.

Outra questão. O pacto federativo é também, de forma obscena, desrespeitado a todo momento, os grandes projetos, os grandes enclaves. Está aí Belo Monte, estão aí as cinco ou sete intervenções que vão ser feitas no Tapajós. O enredo é o mesmo. O que está acontecendo em Belo Monte nós já assistimos em Tucuruí há 30 anos, e até hoje o MAB está lá lutando por *kit* antimalária e cesta básica. E a história se repete. Só que, àquela altura, 30 anos atrás, não havia Ministério Público, não havia audiência pública, o Congresso não funcionava normalmente. Era telefonema do general dizendo: “Faz e acabou.” E quem estivesse embaixo, que saísse debaixo.

Agora, nós estamos vivendo outro momento, mas a história se repete. As condicionantes não são cumpridas. Já são 17 ações no Ministério Público Federal para que as condicionantes, que são preliminares, sejam observadas diante de uma brutal intervenção que produz um fluxo migratório criminoso. Numa região que tem



100 mil pessoas, de repente 40 mil invadem, e algo que deveria acontecer em 15, 20 anos acontece em 8 meses. E não há como drenar, não há como estancar a corrupção, os indicadores de violência, a droga, a marginalidade, a prostituição, a mendicância. Índios jovens, em Altamira, bebendo num boteco na esquina, coisa que não se via há algum tempo.

Isso é a tragédia anunciada. Várias vezes foi dito que isso ia acontecer, e está acontecendo. E o pior, os Estados, as unidades federadas, e os Municípios não têm o menor poder de intervenção, porque as licenças são todas federais. E os Estados e os Municípios, que ficam com a conta e com esse passivo, não têm o poder de dizer que não dá para ser assim, que tem que ser um pouco diferente. Essas condicionantes têm que ser cumpridas para poder receber essa agressão criminosa feita diante dessas distorções.

Eu estou levantando estes quatro ou cinco itens, que fazem parte de um enredo infinitamente maior e mais complexo, que têm que contemplar um projeto de desenvolvimento alternativo a isso a que estamos assistindo.

Fora isso, se não tivermos iniciativa para tentar mexer nessas questões, dentre outras, nós estaremos chovendo no molhado, de certa forma.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Penna) - Tenho sido muito generoso, mas isso porque ainda não começou a Ordem do Dia, o nosso mister, o nosso dever.

Não sei como fazer. Os senhores têm alguma ideia? Vamos fazer um giro ou escolher alguém para colocar algumas questões? Como vamos fazer? *(Pausa.)*

**O SR. JOSÉ ESTEVES DE LACERDA FILHO** - Deputado Penna, demais membros da Comissão de Meio Ambiente, eu ouvi atentamente o Deputado Tripoli falar sobre a regularização fundiária.

Trata-se de questão muito séria não apenas para Mato Grosso mas também para toda a Amazônia. Nós estamos fazendo reunião de forma permanente com todos os secretários da Amazônia Legal.

O Decreto 1.164, de 1971 — como disse o Deputado em sua exposição —, retirou da Amazônia Legal, transferindo para a União, 60 milhões de hectares. Essas áreas ainda não estão regulamentadas por um decreto, sem modificação na Constituição Federal da República.



A faixa de fronteira, que era de 66 quilômetros, passou para 100, depois, para 150.

A autarquia INCRA está entrando com a nulidade dos títulos emitidos pelos Estados nas décadas de 50 e 60, criando-se outro conflito na questão da regularização fundiária. Isso dificulta muito a regularização ambiental, gera insegurança jurídica.

Vamos dar como exemplo a vida do homem da Amazônia, que é um patrimônio importante. Como está a vida do cidadão que vive na Amazônia Legal? Como está a vida do homem pantaneiro? Parte do Pantanal foi declarada Patrimônio da Humanidade. Como está a vida do dono desse Patrimônio da Humanidade?

Acredito que as políticas públicas de meio ambiente precisam valorizar mais economicamente o tripé econômico, social e ambiental. E há necessidade de uma lei federal que estabeleça o sistema nacional de REDD, uma lei federal que defina o pagamento pelos serviços ambientais para quem efetivamente, como patrimônio particular, está conservando o meio ambiente, para que ele se sinta valorizado; que quem esteja conservando se sinta efetivamente valorizado e tenha condição econômica de manter aquele patrimônio.

É obrigação do proprietário fazer a manutenção da reserva legal. Isso é uma restrição, em tese, de uso. Mas é uma questão muito positiva. Nós sabemos que só o Brasil tem lei de reserva legal. Então, é muito importante transformar o instrumento jurídico de que dispomos, positivamente, em defesa do meio ambiente, valorizando a questão ambiental.

A educação ambiental é fundamental. Precisamos valorizar muito a nossa biodiversidade. A nossa biodiversidade precisa ter valorização maior. Não é possível que a floresta valha menos do que uma área desmatada em produção.

Acho que tem de ter um equilíbrio nessa valoração. Deputado Penna, vou citar o exemplo de Mato Grosso. Em Mato Grosso, estamos produzindo 40 milhões de toneladas de grãos. Essa foi a produção de 2012. Temos o maior rebanho bovino do Brasil, com quase 30 milhões de cabeças. Temos lá uma campanha, como a campanha nacional, contra a febre aftosa.

Todos os pecuaristas têm consciência de que, se não vacinarem, estarão impedidos de vender seu produto. Então, todo mundo, além de vacinar, cuida para



que o vizinho faça a vacinação, porque há valor econômico, e sabe que, se não cuidar, vai perder esse valor econômico.

Como o meio ambiente é um bem público de interesse coletivo, não é de interesse social, e sendo de interesse público é muito importante que se discuta uma legislação nacional para ver como é que vai ser mantido esse interesse público. Se é de interesse público, o indivíduo não pode pagar pelo coletivo. Então, é fundamental que se realize um estudo nesse sentido, valorando a questão da prestação dos serviços ambientais, valorando o sistema de REDD, que são as formas de compensação para quem efetivamente preserva. E que se tenha um trabalho muito forte na questão de dar valor econômico, social e ambiental, para que haja de fato equilíbrio. Essa é a melhor forma que nós entendemos de valorizar o meio ambiente e de protegê-lo.

Como foi dito muito bem aqui pelo nosso Procurador da República, Dr. Daniel, é preciso ver como fazer esse equilíbrio da compensação, como valorar isso, para melhorar a qualidade de vida das pessoas.

Por exemplo, a falta de regularização ambiental da agricultura familiar, hoje, está empobrecendo o agricultor familiar, porque ele está impedido de pegar PRONAF, PROCERA, verba habitação, Mais Alimentos. Então, a falta dessa regularização ambiental acaba criando o empobrecimento.

Eu entendo que o Governo Federal, dentro do pacto federativo, precisa dar uma atenção maior a Estados e Municípios na questão financeira, para que estes possam melhorar o controle e a fiscalização ambiental.

Eu acho que isso é muito importante. Que o Fundo Amazônia libere mais rapidamente os recursos para os Estados. Nós temos projetos no Fundo Amazônia que há 2 anos estão aguardando liberação. Seria para definir políticas públicas do Estado. O Estado sozinho não tem capacidade financeira para manter esses custos.

Mato Grosso é um grande produtor, mas é também exportador, está isento, pela Lei Kandir. A Lei Kandir é muito boa, mas o que a União devolve para o Estado não representa o que o Estado contribuiu. Em Mato Grosso, houve uma diminuição de 2 bilhões de reais em sua receita.

Eu quero, mais uma vez, agradecer, Deputado, pela oportunidade de Mato Grosso estar presente. Queremos contar com o apoio da Comissão do Meio





Ambiente e de todas as instituições que participaram dessa reunião aqui. Já temos convênios com o INPE e o IBAMA. Há necessidade de se aprofundar mais essa comunicação entre as três instâncias de Poder: Município, Estado e União. Há necessidade de uma comunicação mais integrada. A falta dessa comunicação acaba dificultando e criando alguns problemas. E não é diferente em outros Estados.

Nós, em Mato Grosso, sofremos a consequência da falta de uma integração maior. Agora, estamos buscando fazer isso de todas as formas, com o novo comando na Secretaria Estadual do Meio Ambiente.

Quero agradecer pela oportunidade e, em nome do Governador Silval, desejar sucesso a V.Exas. Estamos aguardando a visita dessa Comissão em Mato Grosso. Na hora em que quiserem é só marcar.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Penna) - Sr. Secretário, quero lhe dizer que há muita expectativa, que começa pela saúde do Rio Cuiabá até a mojica no nosso jantar. Nós, que pensamos um Brasil diferente desse que temos visto, precisamos marcar alguns tentos. Eu acho que tudo o que você puder fazer — e acredito que fará — para transformar o Rio Cuiabá no rio que tínhamos na memória, já terá feito um grande trabalho.

Aproveitando a sua fala, um internauta aqui mandou a seguinte pergunta para a Liane:

*“Gostaria de saber se existem informações sobre o motivo do aumento da produtividade com a diminuição do desmatamento. São os avanços tecnológicos, melhoramento genético, uso de agrotóxicos?”*

Se você quiser responder...

**A SRA. ELAINE CORSINI** - Meu nome é Elaine. *(Riso.)* Eu acho que o Estado teve vários fatores que contribuíram nesse sentido. Você tem sempre uma pressão maior em relação ao controle ambiental, que também limita o avanço do desmatamento, e isso é parceria do Governo Federal com o Governo do Estado.

Principalmente na agricultura, houve uma melhoria muito grande na produtividade, ao longo dos últimos anos. Produz-se mais em áreas menores.

Na pecuária, nós vemos no Estado que alguma coisa já foi feita, mas ainda existe um longo caminho a ser percorrido. Existe possibilidade de melhoria nesse



sentido, só que o Estado também almeja ser não só produtor de *commodities*, ou seja, o Estado tem avançado.

Nós acabamos não trazendo os números do manejo florestal no Estado. Nós vemos como uma boa possibilidade avançar também na conservação das florestas através do manejo. Isso tem sido feito de forma diferente da dos outros Estados, que o faz em FLONAs, em unidades de conservação federais. O Estado tem feito isso nas áreas privadas.

Só contribuindo com o Deputado, no ano passado, na Rio+20, os Estados amazônicos, os Governadores e os Secretários de Estado de Meio Ambiente, via Fórum de Secretários de Meio Ambiente, desenvolveram todo um trabalho de discussão com a sociedade e produziram um documento sobre o que a sociedade e o Governo entendem que deveriam ser ações positivas visando ao desenvolvimento sustentável, visando a essa mudança de modelo econômico para a região. Talvez esse documento possa auxiliá-los a nos ajudar a seguir nesse caminho.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Penna) - Naturalmente, vocês fizeram um acordo, e o nosso amigo Luciano será o porta-voz da ação combinada. *(Risos.)*

**O SR. LUCIANO DE MENESES EVARISTO** - Pelo menos um aparte aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Penna) - Está bem.

**O SR. LUCIANO DE MENESES EVARISTO** - Em primeiro lugar, quanto à colocação do nobre Deputado Arnaldo Jordy, Vice-Presidente da Comissão, eu queria dizer que houve um erro nos dados dos agentes do Pará. Os agentes que estão em campo no Pará são 79. Os agentes lotados no Estado do Pará são 121. Só para corrigir.

Mas eu queria dar uma resposta ao Deputado Ricardo Tripoli e ao caro Vice-Presidente, por atacado.

O que foi colocado aqui pelo IBAMA é Operação Onda Verde, uma grande operação de prevenção em seis áreas críticas da Amazônia com mobilidade. O conjunto das operações de combate ao desmatamento, ao transporte e às serrarias irregulares não está aqui.

Eu queria informar a esta Comissão que, no mês passado, o Governo Federal criou o Gabinete de Gestão Integrada de Combate ao Desmatamento da Amazônia, composto pelo Ministério do Meio Ambiente, pelo Gabinete de Segurança



Institucional, pelo Ministério da Justiça, pela Força Nacional de Segurança e pela ABIN. Uma série de operações está a caminho, e esta Comissão pode ficar tranquila porque, com relação ao combate aos ilícitos ambientais na Amazônia brasileira, a ação de repressão vai ser muito contundente. O Ministério da Defesa e as Forças Armadas estão vindo juntos. Garantimos a esta Comissão que nós vamos cumprir a nossa obrigação de segurar o ilícito ambiental.

A Onda Verde, nobres Deputados, tem uma previsão de 120 agentes, 365 dias por ano. Nós fizemos um convênio com a Força Nacional de Segurança para a criação de uma companhia ambiental com 200 homens à disposição do IBAMA o ano inteiro. A Força Nacional, fora da Operação Onda Verde, entrará em outras “n” operações na Amazônia acompanhando o Exército brasileiro, a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal, o IBAMA e o ICMBio.

Queria deixar essa tranquilidade para os nobres Parlamentares dizendo que nós adotamos uma metodologia de ocupação do território na época da chuva, para evitar o desmatamento na origem, e, agora que as nuvens estão se abrindo, nós vamos fazer o confronto direto de combate ao desmatamento.

Anotamos aqui a questão das multas. Nós realmente reconhecemos que a maior parte das multas do IBAMA sofre com vários recursos, por isso elas não são a maior estratégia de dissuasão que utilizamos. Nós entendemos que a parte administrativa que fazemos sofre todo um processo judicial, com vários recursos, o que impede que consigamos arrecadar suficientemente bem.

Com a entrada da tecnologia, hoje, o conjunto probatório do auto de infração é muito robusto. Ele sustenta, por exemplo, as ações criminais percebidas pelo Ministério Público Federal. Ele sustenta os inquéritos da Polícia Federal, por conta da sua grande base no geoprocessamento, nas imagens de satélite que não deixam margem de dúvida quanto à autoria e materialidade dos crimes cometidos.

Nós queríamos dizer que, apesar de essas multas não serem cobradas como queríamos que fossem, por conta da legislação, por conta do contraditório que rege o procedimento administrativo do IBAMA, estaremos atuando em todas as outras frentes de dissuasão, apreendendo maquinários de quem os colocar no campo, embargando as áreas, colocando essas áreas no *síte* do IBAMA e inviabilizando a



comercialização por parte daqueles que cometem o crime de desmatar a Amazônia brasileira.

Era isso o que eu queria colocar.

**O SR. DALTON DE MORISSON VALERIANO** - É só um esclarecimento.

Foi comentado que havia duas réguas para o mesmo problema. Não há, não. É o mesmo dado. O dado que eu apresentei aqui de desmatamento, na escala de 30 metros, o IBAMA e o Ministério do Meio Ambiente transformam esse dado numa superfície para melhor visualizar. É isso, mas a informação é a mesma. Nós estamos em total harmonia, em termos de produção e entendimento da informação que está sendo fornecida.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Penna) - Esclarecimento aceito.

Não sei se alguém quer fazer uso da palavra. *(Pausa.)* Não?

Então, neste momento, encerro a audiência pública agradecendo pela presença a todos e dizendo que foi muito proveitoso estarmos juntos pensando na Amazônia.

Lembro que amanhã, quarta-feira, no Plenário 6, a Comissão de Meio Ambiente realizará reunião deliberativa ordinária.

Muito obrigado a todos. Paz!